



**FICS - FACULTAD INTERAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**

ERIVAN DA CRUZ GONÇALVES

**POESIAS E POEMAS NA ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO:
'Desafios e Perspectivas da Prática Pedagógica'.**

**Assunção - Paraguai
Agosto de 2019**

ERIVAN DA CRUZ GONÇALVES

**POESIAS E POEMAS NA ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO:
'Desafios e Perspectivas da Prática Pedagógica'.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós -
Graduação da **FICS - FACULTAD
INTERAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES**,
como requisito para obtenção do título de Mestre em
Ciências da Educação.

Orientador Prof. Dr. Márcio Wendel Santana Coelho.

**Assunção - Paraguai
Agosto de 2019**

FICHA CATALOGRÁFICA

ERIVAN DA CRUZ GONÇALVES

POESIAS E POEMAS NA ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: 'Desafios e Perspectivas da Prática Pedagógica'.

Total de páginas:

Tutor: Prof. Dr. Márcio Wendell Santana Coelho

Dissertação Acadêmica de Mestrado em Ciências da Educação

FICS - Facultad Interamericana de Ciencias Sociales, Asunción-Paraguay, 2019.

Áreas temáticas:

Poesias e poemas; Alfabetização e Letramento; Prática Pedagógica.

Código da biblioteca:

ERIVAN DA CRUZ GONÇALVES

**POESIAS E POEMAS NA ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO:
'Desafios e Perspectivas da Prática Pedagógica'.**

Tese submetida à aprovação da Banca Examinadora do Programa de Pós-graduação da FICS - Facultad Interamericana de Ciencias Sociales para a obtenção do título de Mestre em Ciências da Educação.

Tese aprovada em _____ de Agosto 2019.

Aprovado () Aprovado com ressalvas () Reprovado

() Nota: _____

BANCA EXAMINADORA

_____ Prof.

Dr. Márcio Wendel Santana Coêlho

Orientador

_____ Prof.

Dr. Evanildo Bragança Mendes

Membro da Banca Examinadora

_____ Prof.

Dr. Ismael Fenner Director General da FICS /

Membro da Banca Examinadora

Profa. Dra. Susana Marília Barbosa Galvão

Membro da Banca Examinadora

Não é o poeta que cria a poesia.
E sim, a poesia que condiciona o poeta.
Poeta é a sensibilidade acima do vulgar.
Poeta é o operário, o artífice da palavra.
E com ela compõe a ourivesaria de um verso.
Poeta, não somente o que escreve.
É aquele que sente a poesia,
se extasia sensível ao achado
de uma rima, à autenticidade de um verso.
Poeta é ser ambicioso, insatisfeito,
procurando no jogo das palavras,
no imprevisto texto, atingir a perfeição inalcançável.
Querem a palavra, o incentivo, à apreciação.
Que dizer a um jovem ansioso na sede precoce de lançar um livro...
Tão pobre ainda a sua bagagem cultural,
tão restrito seu vocabulário,
enxugando lágrimas que não chorou,
dores que não sentiu,
sofrimentos imaginários que não experimentou.

(Cora Coralina)

Dedico este trabalho a minha família que sempre acreditaram na minha capacidade de vencer mais um etapa de estudo e pesquisa. A paciência e o incentivo de vocês renovaram as minhas forças e diariamente me impulsionava buscar o progresso pessoal e profissional. Obrigada!

AGRADECIMENTOS

A Deus que me ajudou dia após dia nessa longa caminhada renovando as minhas forças.

A toda minha família pela paciência e superação da minha ausência em momentos especiais, e pelo incentivo em muitos momentos.

Aos professores que mediaram à construção de conhecimentos científicos necessários para minha formação profissional.

Ao Professor orientador Dr. Márcio Wendel Santana Coelho, pela mediação na construção desse trabalho científico.

E às pessoas que de alguma forma contribuíram para a conclusão de mais esta etapa importante.

A poesia pode ser uma importante aliada do professor no desenvolvimento dos dois processos, alfabetização e letramento, aqui entendidos como cultura de leitura. É possível promover estratégias interessantes, atraentes e condizentes com os propósitos e as demandas do processo de alfabetização, tornando, também, a leitura algo prazeroso. (DOMINGUES; EBERT, 2014, p. 54)

RESUMO

Esta pesquisa aborda como tema central a Análise da importância dos gêneros textuais: poesias e poemas no Processo de Alfabetização e Letramento dos alunos do 2º ano do Ensino fundamental, na Escola Marileia Ferreira dos Santos, no município de Serra do Ramalho- Bahia. Neste trabalho utilizou-se uma metodologia de pesquisa – ação – participante, com enfoque qualitativo e alcance descritivo-exploratório. A coleta de dados no campo pesquisado se deu mediante questionário com questões abertas, que foi aplicado a uma amostra probabilística. Dentre o pesquisado e analisado, podemos destacar como resultado a importância do trabalho docente dinâmico e criativo abordando poesias e poemas no processo de alfabetização e letramento. Nesta direção, compreendemos que a formação inicial e continuada proporciona ao professor saberes necessários ao desenvolvimento da prática, viabilizando a identificação dos níveis de escrita dos discentes, acompanhamento, avaliação e reestruturação do ensino aprendizagem. Entre tais composições, destacamos o PNAIC – Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa, que abrange a formação dos alfabetizadores e também a disponibilização de recurso materiais e literário como suportes educativos. A metodologia utilizada pelos professores é organizada de acordo os níveis de conhecimento dos educandos, a temática interessante à faixa etária e a série/ano de acordo proposta municipal. Mesmo assim, foi constatada a existência de algumas dificuldades ao se trabalhar poesias e poemas na série já mencionada, em relação ao encantamento dos alunos por tais gêneros e ainda, a disponibilização de alguns recursos tecnológicos ou midiáticos que favoreçam o trabalho docente e a inclusão dos envolvidos no processo. No referente aos objetivos Compreender a importância das poesias e poemas no Processo de Alfabetização e Letramento; Refletir a metodologia, a prática pedagógica e as dificuldades encontradas no trabalho com os gêneros; Discutimos e analisamos cada questão apresentada aos professores do 2º ano do ciclo de Alfabetização, perpassando pela temática da importância dos gêneros textuais abordados no regime, a metodologia utilizada e as dificuldades, explicando de que forma a prática pedagógica deve influenciar o processo de alfabetização e letramento, trabalhando os gêneros poemas e poesias. A esses questionamentos enfatizamos a problemática da pesquisa, explorando de que forma as poesias e os poemas podem influenciar a Prática Pedagógica no contexto da Alfabetização. Esse trabalho de pesquisa terá como fundamentação as concepções teóricas de Magda Soares; Roxane Helena Rodrigues Rojo, Emília Ferreiro ; Antônio Tadeu Ayres; Renata Junqueira de Souza; Roberto Hernandez Sampieri ,dentre outros, tendo como base filosófica a corrente construtivista ,pois considera os sujeitos envolvidos no processo ensino aprendizagem ,seres ativos e construtores dos seus próprios conhecimentos. E por fim, apresentar algumas recomendações às autoridades educativas estaduais, municipais e institucionais, bem como aos professores.

Palavras Chave. Poesias e poemas; Alfabetização e Letramento; Prática Pedagógica.

RESUME

This research focuses on the analysis of the importance of textual genres: poetry and poems in the Literacy and Literacy Process of elementary school students, at Marileia Ferreira dos Santos School, in Serra do Ramalho- Bahia. In this work a participant research - action - methodology was used, with qualitative focus and descriptive-exploratory scope. Data collection in the researched field took place through an open question questionnaire, which was applied to a probabilistic sample. Among the researched and analyzed, we can highlight as a result the importance of dynamic and creative teaching work addressing poetry and poems in the process of literacy and literacy. In this sense, we understand that initial and continuing education provides the teacher with the necessary knowledge to develop the practice, enabling the identification of students' writing levels, monitoring, evaluation and restructuring of teaching learning. Among these compositions, we highlight the PNAIC - National Literacy Program at the Right Age, which covers the training of literacy teachers and also the availability of material and literary resources as educational supports. The methodology used by the teachers is organized according to the students' knowledge levels, the interesting theme for the age group and the grade / year according to the municipal proposal. Even so, it was found the existence of some difficulties when working poetry and poems in the series already mentioned, regarding the enchantment of the students for such genres and also the availability of some technological or media resources that favor the teaching work and the inclusion of the students. involved in the process. Regarding the objectives Understand the importance of poetry and poems in the Literacy and Literacy Process; Reflect the methodology, the pedagogical practice and the difficulties encountered in working with genres; We discuss and analyze each question presented to the teachers of the 2nd year of the Literacy cycle, going through the thematic of the importance of the textual genres addressed in the regime, the methodology used and the difficulties, explaining how the pedagogical practice should influence the process of literacy and literacy, working the genres poems and poetry. To these questions we emphasize the problematic of research, exploring how poetry and poems can influence Pedagogical Practice in the context of Literacy. This research work will be based on the theoretical conceptions of Magda Soares; Roxane Helena Rodrigues Rojo, Emília Ferreiro; Antonio Tadeu Ayres; Renata Junqueira de Souza; Roberto Hernandez Sampieri, among others, having as a philosophical basis the constructivist current, considering that the subjects involved in the teaching-learning process are active beings and builders of their own knowledge. And to the end, we make some recommendations to the state, municipal and institutional educational authorities, as well as to the teachers.

Key words. Poems and poems; Literacy and Literacy; Pedagogical practice.

RESUMEN

Esta investigación se centra en el análisis de la importancia de los géneros textuales: poesía y poemas en el proceso de alfabetización y alfabetización de estudiantes de primaria, en la escuela Marileia Ferreira dos Santos, en Serra do Ramalho- Bahía. En este trabajo se utilizó una metodología participante de investigación - acción -, con enfoque cualitativo y alcance descriptivo-exploratorio. La recolección de datos en el campo investigado se realizó a través de un cuestionario de preguntas abiertas, que se aplicó a una muestra probabilística. Entre los investigados y analizados, podemos destacar como resultado la importancia del trabajo de enseñanza dinámico y creativo que aborda la poesía y los poemas en el proceso de alfabetización y alfabetización. En este sentido, entendemos que la educación inicial y continua proporciona al maestro los conocimientos necesarios para el desarrollo de la práctica, lo que permite la identificación de los niveles de escritura de los estudiantes, el monitoreo, la evaluación y la reestructuración del aprendizaje de la enseñanza. Entre estas composiciones, destacamos el PNAIC - Programa Nacional de Alfabetización en la Edad Adecuada, que cubre la capacitación de maestros de alfabetización y también la disponibilidad de recursos materiales y literarios como apoyo educativo. La metodología utilizada por los docentes se organiza según los niveles de conocimiento de los alumnos, el tema interesante para el grupo de edad y el grado / año según la propuesta municipal. Aun así, se encontró la existencia de algunas dificultades al trabajar la poesía y los poemas de las series ya mencionadas, en relación con el encanto de los estudiantes para tales géneros y también la disponibilidad de algunos recursos tecnológicos o de medios que favorecen el trabajo docente y la inclusión de los estudiantes involucrados en el proceso. Con respecto a los objetivos Comprender la importancia de la poesía y los poemas en el proceso de alfabetización y alfabetización; Reflejar la metodología, la práctica pedagógica y las dificultades encontradas al trabajar con géneros; Discutimos y analizamos cada pregunta presentada a los maestros del segundo año del ciclo de Alfabetización, pasando por la temática de la importancia de los géneros textuales abordados en el régimen, la metodología utilizada y las dificultades, explicando cómo la práctica pedagógica debe influir en el proceso de alfabetización y alfabetización. , trabajando los géneros poemas y poesía. A estas preguntas enfatizamos el problema de la investigación, explorando cómo la poesía y los poemas pueden influir en la práctica pedagógica en el contexto de la alfabetización. Este trabajo de investigación se basará en las concepciones teóricas de Magda Soares; Roxane Helena Rodrigues Rojo, Emília Ferreiro; Antonio Tadeu Ayres; Renata Junqueira de Souza; Roberto Hernández Sampieri, entre otros, tiene como base filosófica la corriente constructivista, considerando que los sujetos involucrados en el proceso de enseñanza-aprendizaje son seres activos y constructores de su propio conocimiento. Y al final, hacemos algunas recomendaciones a las autoridades educativas estatales, municipales e institucionales, así como a los maestros.

Palabras clave: Poemas y poemas; Alfabetización y Alfabetización; Práctica pedagógica.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANA - Avaliação Nacional da Alfabetização

CONSED - Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação

EF- Ensino Fundamental

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC - Ministério da Educação

PAR - Plano de Ações Articuladas

PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação

PNAIC- Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa

PNBE- Programa Nacional Biblioteca na Escola

PNE- Plano Nacional de Educação

PNLD - Programa Nacional do Livro Didático

PROFA - Programa de Formação de Professores Alfabetizadores

UNDIME - União dos dirigentes Municipais de Educação

UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO I – ANTECEDENTES E FORMULAÇÃO DO PROBLEMA	20
1.1 Antecedentes da Política Internacional de Alfabetização	20
1.2 Antecedentes da Política Nacional	23
1.3 Estudos Nacionais e Internacionais: relação interacional.....	29
1.4 Processo de Alfabetização no Brasil: historicidade	30
1.5 Perguntas da Investigação	37
1.6 Objetivos da Pesquisa.....	37
1.6.1 Objetivo Geral.....	37
1.6.2 Objetivos Específicos	37
1.7 Justificativa da Pesquisa.....	38
CAPÍTULO II – MARCO TEÓRICO	40
2.1 Gêneros Textuais: Poesias e Poemas no desenvolvimento social	40
2.2 Educação Sustentada nos quatro pilares	42
2.3 Refletindo sobre as concepções de Leitura e de Escrita.....	43
2.3.1 O desenvolvimento da linguagem oral e escrita	45
2.4 A importância da leitura no contexto atual.....	49
2.5 Alfabetização e Letramento :concepções de alguns autores	52
2.6 Marcos regulatórios do processo de alfabetização e letramento.....	55
CAPÍTULO III - MARCO METODOLÓGICO	60
3.1 Caracterização da Pesquisa	60
3.2 Campo de Pesquisa	65
3.3 Tipo de Amostra	70
3.4 Instrumento de coleta de dados	71
3.5 Procedimentos Metodológicos	73

CAPÍTULO IV – MARCO ANALÍTICO.....	76
4.1 Análise dos resultados	76
4.1.1 Informações adicionais do público.....	77
4.1.2 Interpretações das questões e ideias conclusivas	78
CAPÍTULO V – CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	95
5.1 Recomendações	100
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	102
ANEXOS I - Entrevista.....	112
ANEXOS II - Fotos da escola pesquisada.....	115

INTRODUÇÃO

A Alfabetização e o Letramento possui um histórico bastante complicado, uma vez que as discussões em torno do primeiro termo, traz alguns aspectos passível de compreensão, pois algumas pesquisas relacionadas a temática, se deram em relação a pratica docente e os materiais utilizados no processo. Porém, é importante frisar a necessidade de enfrentar os desafios de alfabetizar levando em conta, as funções e o uso da leitura e da escrita no mundo letrado, efetivando o papel da escola no referente a oferta de uma educação de qualidade.

Para tanto, é inegável afirmar que a alfabetização é o primeiro passo para que o indivíduo liberte-se das amarras e seja o construtor da sua própria história .Assim, é preciso que a escola disponha de profissionais capacitados e que efetivem seu fazer pedagógico, encaminhando o discente na busca pelo conhecimento.

Nessa perspectiva, a alfabetização procura romper a visão tradicional que aborda a transmissão de conhecimentos relativos à escrita do professor para o aluno, aprendendo a decodificar a escrita, ou seja, relacionar os caracteres às palavras da linguagem oral, a partir do procedimento comum (CAGLIARI, 1996, p.23). Assim, a verdadeira alfabetização não requer apenas a aquisição e o domínio do sistema de escrita alfabética, mas o desenvolvimento de capacidades cognitivas, afetivas e sociais.

As primeiras políticas educacionais brasileiras surgem de contextos e influências internacionais, uma vez que, desde a invasão dos portugueses, o país se desenvolvia de acordo as normas da coroa portuguesa. Neste sentido, percebemos que o processo e as intenções alfabetizadoras sempre demandaram mudanças seguindo as necessidades e os contextos sociais e econômicos, superando assim, os desafios desde a antiguidade à modernidade da globalização e transformações científicas e tecnológicas.

Diante das insuficientes discussões internacionais a respeito do processo de alfabetização de crianças, analisaremos como essa etapa do ensino foi abordada no Brasil e em outros países, fazendo da temática “ POESIAS E POEMAS NA

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: desafios perspectivas da prática pedagógica”, nosso objeto de pesquisa, abarcando as perspectivas políticas, econômicas, socioculturais e cognitivas, fundamentando-se em leis e fontes documentais, visando compreender “ de que forma as poesias e os poemas podem influenciar a prática pedagógica no contexto da Alfabetização” ,propondo assim , a utilização da dialética para explicitar o objetivo desse trabalho, que terá como procedimentos a pesquisa ação ,numa abordagem qualitativa, e uso de recursos instrumentais como questionários , análise documentais e referenciais, bem como registros dos resultados da pesquisa de campo.

Neste âmbito, o município de Serra do Ramalho, Bahia, Brasil, será o cenário de investigação dessa dissertação, onde há vários professores e turmas de Alfabetização, os quais serão objetos dessa análise, favorecendo a contextualização desse espaço no campo de políticas internacionais e nacionais para o desdobramento da problemática estudada nessa pesquisa.

CAPÍTULO I – ANTECEDENTES E FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

Neste capítulo, faremos uma breve discussão acerca das políticas internacionais, nacionais e relação entre as mesmas, abordando o processo de alfabetização e seus significados para a sociedade e para os sujeitos em determinados contextos históricos.

1.1. Antecedentes da Política Internacional de Alfabetização

No âmbito da instituição escolar, alfabetização compreendida como o "processo de ensino e aprendizagem do sistema alfabético de escrita", ou seja, ação inicial de ensinar e aprender ler e escrever. Podemos dizer que a leitura e escrita nasceram há pouco mais de dois séculos, em 1789, na França, após a Revolução Francesa.

No decorrer de toda história da educação a alfabetização, tem sido analisada na tentativa de compreender o processo e superar os desafios mais frequentes. Para isso, faz-se necessário recorrer a documentos apresentados por órgãos internacionais, aspirando entender a construção e implementação das políticas públicas de educação e alfabetização, bem como a influência dos resultados no desenvolvimento educacional e econômico.

Neste sentido, enfatizaremos alguns organismos: o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Banco Mundial (BM), as quais, abordam propostas fundamentadas em relação às políticas que abrangem a alfabetização.

O Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) é uma das instituições financeiras internacionais, componente do denominado Grupo Banco Mundial (World Bank Group). Tal organismo tem sua origem, na função desempenhada na reconstrução econômica dos países destruídos pela guerra, assim oferecimento de crédito para empresários falidos da mesma época. Porém esse foi seu papel inicial, pois com adventos bélicos, na década de 50, houve a

necessidade de diversas mudanças e inclusão de outros países que sofriam economicamente.

Dessa forma, o BM, passou a assistir de forma crescente e redimensionada, todas as nações que necessitasse de apoio financeiro para desenvolvimento industrial, superação da pobreza e conseqüentemente crescimento econômico. Esse era o discurso do Banco, na busca pela ampliação de seus subordinados.

Diante disso, o resultado não foi o esperado, pois passaram – se vinte anos e a pobreza continuava assolando a população, disseminando desigualdades entre os países. Assim, mais uma vez, o Banco Mundial amplia seus projetos sociais, visando abarcar diferentes demandas da sociedade.

É nessa vertente, que Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, tratam dos interesses referentes ao capital, em como, elaboração e análise das políticas econômicas e a finalidade destas nos países membros, ou seja, em toda esfera global. São participantes do Banco Mundial, 181 países, dos quais, sete se destacam pela supremacia: Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Inglaterra, Itália e Japão, determinando o destino dos demais países envolvidos. É válido destacar que os Estados Unidos detém maior percentual no referente à força política, uma vez que os mesmos possuem 17%, podendo votar ou vetar nas decisões.

No que diz respeito ao Fundo Monetário Internacional, são componentes desse órgão 183 nações, sendo 177 dependentes das decisões de um grupo mais poderoso, o qual influencia financiadores, atuando como instrumento de avaliação da economia e da política dos países membros.

Fica evidente que há muitas décadas, estudos e pesquisas tinham como objetivo, superar o analfabetismo no país, universalizando a educação. A esse respeito, Mortatti enfatiza que “ao longo da segunda metade do século XX, o objetivo de combater o analfabetismo tornou a alfabetização um direito que ‘precede’, como pré-requisito, o direito à educação e aos demais direitos humanos” (MORTATTI, 2013, p. 30).

Verificamos que, várias propostas identificadas nos documentos supracitados, buscam a consolidação da qualidade educacional e a efetivação da alfabetização

infantil, pois a percepção era que sanadas as dificuldades com alfabetização, os problemas de outras áreas como social, político e cultural seriam resolvidos.

A partir de então, muitos estudos e discussões atentam-se para a superação do analfabetismo, incluindo o Brasil, pois muitas das propostas internacionais influenciaram diretamente a educação brasileira, devido a enorme necessidade de mão de obra para o trabalho e desenvolvimento econômico.

Dessa forma, diversos conflitos e concepções filosóficas orientaram o significado da educação, mas, na esfera internacional, as análises delimitam-se no período pós-Segunda Guerra Mundial em 1945, a partir do surgimento de movimentos sociais pela alfabetização em massa, objetivando a superação do analfabetismo.

É válido destacar que tais discussões se deram nas conferências educacionais voltadas para a Alfabetização de Adultos, visto que a conjuntura econômica social brasileira, em meados de 1945, passou por grandes transformações devido ao capitalismo. Pois, profundas mudanças foram identificadas no modelo econômico, substituindo o agrário-exportador pelo modelo urbano-industrial.

É neste terreno de demandas por maior número de trabalhadores, que os movimentos populares surgem, na busca pela conquista de alguns direitos. Para tanto, a escolarização era exigência crucial, pois havia uma grande defasagem no ensino, e o número de analfabetos superava as expectativas da época. Dessa forma, o período é de intensa transformação no âmbito da educação popular, visto que era grave a situação do quadro de trabalhadores, em relação aos subsídios necessários para desenvolvimento das atividades funcionais, visando o crescimento econômico do país.

A esse respeito, e com foco na alfabetização de adultos, de 1949 a 2009, foram desenvolvidas ações internacionais, a saber, as Conferências Internacionais de Educação de Adultos (CONFITEAs), promovidas pela UNESCO. Não podemos negar que tais reuniões para discussão sobre a alfabetização (mesmo para adultos), influenciaram as reflexões a cerca desse processo educativo.

Durante várias décadas, foram constituídos diferentes grupos e organizações, atendendo os moldes do financiador de recursos, diante das demandas sociais surgidas. Podemos citar dentre muitas, a Organização Mundial do Comércio – OMC, de 1995, instituída para tratar de todos assuntos referentes ao comércio entre os países.

Nesta perspectiva, notamos que, o baixo desenvolvimento ou fracasso em qualquer área social, afeta diretamente os aspectos educacionais, pois o BM e órgãos associados, enfatizam a importância da reestruturação educacional para estabilidade política. Fica evidente que todas as mudanças educacionais surgiram das necessidades/fracassos em alguma área social, a qual demandava a elaboração de políticas públicas.

1.2. Antecedentes da Política Nacional

Nos últimos anos, tem se discutido muito sobre educação buscando incessantemente melhorar o processo de alfabetização e conseqüentemente elevar o índice de aprovação e conhecimento dos indivíduos. Vale ressaltar que essa preocupação sempre existiu, mas tem se acentuado frequentemente a cada ano.

Dessa forma, faremos um breve resumo das leis e decretos que surgiram ao longo da história educacional, visando legitimar o processo de ensino e aprendizagem nas modalidades existentes em cada período. Sabemos que todas as buscas para melhorar a educação sempre esteve ligada aos aspectos sociais e econômicos, bem como atingem de forma mais relevante determinados grupos da sociedade dado suas relações e o momento histórico vivenciado. Assim, enfatizaremos diferentes leis e decretos regulamentados, não deixando de relacioná-los aos diversos fatos e demandas sociais globais e locais.

Começaremos nosso memorial, destacando a instauração da chamada I República do Brasil prescrita pela Constituição de 1891, que estabeleceu o sistema federativo de governo, por conseguinte efetivou a descentralização do ensino, que alinhado a partir da conjuntura jurídico-político, buscava garantir a instauração da

democratização educacional, resultando na consolidação de um sistema duplo de ensino, proveniente do império, a saber : escola secundária acadêmica e superiores, sendo a União responsável por esta, e fundadas nas capitais; e o ensino primário e profissional, sob a responsabilidade dos Estados, para a população menos favorecida economicamente, nos municípios.

Com adventos da revolução de 1930 e a chegada de Getúlio Vargas ao poder, foi criado o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública (MESP), a partir do decreto Nº. 19.402. Dessa forma, foram construídas atribuições desse órgão, com o decreto Nº. 19.560/31. Daí muitas iniciativas em relação aos aspectos educacionais foram instaurados. Podemos citar o Conselho Nacional de Educação, criado pelo Decreto Nº 19.580/31; Organização do Ensino Superior e Universitário decretado sob o Nº. 19.581/31 e Secundário assegurado pelo decreto Nº. 19.890/31, bem como a instituição do ensino religioso facultativo, respaldado no Decreto Nº. 19.941/31.

Percebemos que, a educação nacional começa a desbravar novos rumos com a criação de conselhos e orientações tanto no período imperial, quanto no republicano, iniciando assim, o estabelecimento das diretrizes educacionais primária, bem como a extensão dos recursos financeiros para execução e desenvolvimento das atividades pedagógicas. Essa era a atribuição do considerado, Plano Nacional de Educação da época, pois o mesmo estava estruturado de forma semelhante ao que temos atualmente.

Com esse considerável avanço, até então, a educação dava conta da sua clientela, uma vez que a elite era detentora desse direito. Porém, identificamos que, com a expansão do processo industrial e a busca por melhores condições de sobrevivência, a população campestre que antes não frequentava a escola, pois a mesma não tinha um significado amplo, começaram a perceber que o ensino e a aprendizagem seria o único instrumento capaz de prepará-los para as novas mudanças sociais, políticas e culturais. Assim, a educação encontraria um enorme desafio com a formação e preparação de indivíduos para mão de obra, considerando que o número de alunos numa sala de aula, seria exorbitante.

Foi nesse contexto, de efervescência social que surgiu o Manifesto dos Pioneiros, com o objeto de renovar o sistema educacional brasileiro, atendendo assim, a solicitação do presidente na época. Tal documento defendia educação obrigatória, laica e gratuita para todos, criticando os modelos da educação brasileira por seus aspectos excludentes, elitista, rígida e sem objetivos consistentes. Partindo dessas características negativas, os pioneiros propuseram alterações, as quais, visavam transformar a escola num espaço aberto a todos, baseada num ensino restaurado que considerasse as propensões e vocação dos discentes e ainda, houvesse investimento na formação pedagógica.

Com essa percepção, consideramos o Manifesto dos Pioneiros um registro primordial na busca pela construção de propostas educacionais numa dimensão nacional. Nesta direção, em 1934 é promulgada a Constituição, a qual imprime uma concepção nacional de educação escolar. Com a implantação do Estado Novo, regime ditatorial, e a Constituição de 1937, ocorre um retrocesso nos preceitos e anseios da “educação Nova”, uma vez que a administração ditatorial teve duração de quase duas décadas, sendo rompida com a Instauração do Estado de direito que demandava uma Nova Constituição.

Assim, no final de 1946, é promulgada a Constituição, a qual resgata os aspectos que eram abordados no Manifesto de 1932 e na Constituição de 1934, descentralizando o ensino, reorganizando os conselhos estaduais concedendo-lhes funções normativas e estabelecia que a União editasse diretrizes e bases da educação nacional, ainda para as quatro primeiras séries, constituindo assim um avanço na área educacional da época.

Com a chegada desses ventos democráticos, o momento demandava um projeto de lei, assim, em outubro de 1948, chega ao Congresso o Projeto das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, porém, o mesmo passa por inúmeros estudos internos na câmara e nas comissões, levando quase dez anos, sendo analisado e alterado. Somente em 1957, ele vai a plenário na câmara, mas ainda causando muitas discussões, devido a ruptura entre o público e o privado. Foi nesse clima que surgiu o Manifesto dos Educadores Democratas em Defesa do Ensino Público, coordenado por Fernando de Azevedo e outros intelectuais que estavam

presentes no Manifesto em 1932, buscando mais uma vez a obrigatoriedade, gratuidade e laicidade do ensino. Documento elaborado e contendo 180 assinaturas, foi amplamente divulgado por todo país.

No meio dessa situação de impasse, do “público x privado”, amplia-se a participação dos setores sociais nas discussões educacionais e a partir de conciliações, após treze anos, em agosto de 1961 é aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sob o numero 4024/61, resultado das duas versões discutidas em um terceiro documento.

É válido destacar que mesmo com os avanços decorrentes desses períodos, percebemos que ,enquanto o Brasil buscava a descentralização do ensino e seu desenvolvimento e a conquista se concretiza apenas na metade do século XX, os países desenvolvidos conquistaram ainda na metade do século XIX. Isso requer reflexão sobre o grande atraso no âmbito educacional brasileiro, o qual nos atinge até os dias atuais, em relação aos demais países.

Dessa forma, a Lei nº4024/61, estabelece a organização do ensino na seguinte estrutura: Ensino Pré - primário não obrigatório das crianças até sete anos de idade; Ensino Primário obrigatório, com duração de quatro anos, tendo os indivíduos de sete a doze anos de idade ;Ensino Médio, composto de dois ciclos, que para ascender a este nível o individuo deveria passar por exames , sendo o primeiro ginásial primário com duração de quatro anos e o segundo ciclo colegial com duração mínima de três anos ;e por fim o Ensino Superior , onde o individuo ingressaria a partir dos 18 anos.

Mesmo com toda essa reestruturação, consenso entre as diversas ideias educacionais e estabilidades governamental, em 1964, o período democrático é interrompido pelo golpe militar, o qual jogam por terra todas as conquistas consolidadas com muito esforço. Neste âmbito a constituição é alterada para atender as demandas ditatoriais, incluindo a emenda nº 1 de 1967 que era centralizadora e adicionando princípios tecnicistas e autoritários, a saber, a introdução de eleições indiretas e outras ações contrárias à democracia. No referente ao ensino, a gratuidade oferecida pelo estado foi ampliada até aos catorze anos e introduzida à Lei 4024/61, mudando totalmente o seu teor, a Lei nº

5540/1968, referente ao Ensino Superior a qual cria cursos rápidos e licenciatura curta; e a Lei nº5692/1971, do Ensino Primário e Médio.

A ditadura perdurou até 1985, e durante todo o período a opção do governo não era a de elaborar ou reeditar novas diretrizes educacionais e sim criar leis decretos para modificar as orientações do documento já existente. Nesta direção em 1971, é criada a lei nº5692/71, que mexe com a educação dos jovens, ou seja, na educação inicial, estabelecendo outro esquema, sendo dividida em três etapas: O Ensino Pré – Primário permanece inalterado; O Ensino de 1º grau, obrigatório, que é a fusão do antigo Ensino Primário mais a primeira etapa do Ensino Médio, tendo a duração de oito anos; O Ensino de 2º grau, substituindo o Ensino médio, sendo ministrado com a duração de três a quatro anos, com cursos profissionalizantes; O Ensino Superior sem alterações; e por fim, em relação ao exercício do Magistério, a formação dos professores para lecionar da 1ª a 4ª série, exigia a formação de 2º grau, para ministrar as aulas de 1ª a 8ª série, demandava uma licenciatura curta e para o exercício com 2º grau, era necessário licenciatura plena. Essa modificação referente a formação dos professores, causou um enorme descontentamento no âmbito do fazer pedagógico.

Somente com o início da instauração política, da redemocratização brasileira e promulgação da Constituição Federal de 1988, as propostas educacionais vão sendo determinantes e transformadas em leis, tomando um caráter autônomo no tocante ao designado na LDB. Nesta direção, a educação passou a ser mais discutida entre os diferentes setores sociais, bem como internacionalmente, levando em consideração e direcionando olhar especial aos países latinos – americanos, em especial o Brasil, em que o analfabetismo dificultava o desenvolvimento social e econômico.

Tomando ciência do enorme déficit no processo de alfabetização que atingia diretamente o desenvolvimento econômico do país nos anos noventa, em discussão várias entidades como a UNESCO, UNICEF, e Banco Mundial, recomendam a elaboração e organização propostas educacionais visando a elevação do nível de conhecimento dos indivíduos e a qualificação nos aspectos mercadológico. Em

1993, um plano foi elaborado, porém não executado e somente em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 9394/96) é instaurada, ficando sob responsabilidade da União a implementação do novo projeto educacional, que depois, foi delegada tal função ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP-, sendo disseminada as discussões em diferentes segmentos sociais. Após amplos questionamentos, o primeiro Plano Nacional de Educação – PNE- foi aprovado em Janeiro com a Lei nº 10.172/2001.

Tal lei indicava a extensão do Ensino Fundamental obrigatório para nove anos de duração, de acordo a prescrição em seus objetivos e metas: “Ampliar para nove anos a duração do ensino fundamental obrigatório com início aos seis anos de idade, à medida que for sendo universalizado o atendimento na faixa de 7 a 14 anos.” (PNE, p.35). Com tal ampliação, o que se almejava era possibilitar a plena aprendizagem na etapa escolar obrigatória, garantindo aos discentes a entrada antecipada na escola, favorecendo a continuidade e a consolidação de elevado grau de escolaridade.

O Plano decenal 2001-2010, além de trazer à tona a realidade da educação brasileira nos diferentes níveis e modalidades de ensino, também apontou diretrizes enfatizando objetivos e metas a serem concretizados, respeitando os prazos e segmentos do período estipulado. Sem modificar a duração do Ensino fundamental, a Lei nº 11.114, de maio de 2005, alterou os artigos 6º, 32 e 87 da Lei 9394/96, instaurando a obrigatoriedade escolar para as crianças de seis anos, ficando assim determinado:

Art. 6º É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula dos menores, a partir dos seis anos de idade, no ensino fundamental. [...]
Art. 32. O ensino fundamental, com duração mínima de oito anos, obrigatório e gratuito na escola pública a partir dos seis anos, terá por objetivo a formação básica do cidadão mediante: [...]
Art. 87. § 3º I – matricular todos os educandos a partir dos seis anos de idade, no ensino fundamental, atendidas as seguintes condições no âmbito de cada sistema de ensino: [...]

A alteração em relação à duração do Ensino Fundamental para nove anos e a inclusão do público com seis anos de idade, somente foi promulgada em 2006, com

a lei nº 11.274, reformulando os artigos 32 e 87 da LDBEN 9394/96, ficando os mesmos grafados da seguinte forma:

Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: (Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006 [...])

Art. 87. § 2º O poder público deverá recensear os educandos no ensino fundamental, com especial atenção para o grupo de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos de idade e de 15 (quinze) a 16 (dezesesseis) anos de idade.

§ 3º Cada Município e, supletivamente, o Estado e a União, deverá:
I - matricular todos os educandos a partir dos 6 (seis) anos de idade no ensino fundamental; [...]

Com essa determinação, as instituições de ensino tiveram um prazo de quatro anos para organização e adequação, visando atender a legislação do ensino. É válido ressaltar, que as várias conquistas em relação a Educação Básica, são resultado de muitos anos de luta e debates, os possibilitaram diferentes setores sociais construir propostas que atendessem o âmbito educacional e conseqüentemente alterassem a progressão socioeconômico brasileiro.

Com essa percepção educacional ligada diretamente a aspectos econômicos, a educação assume uma função bem mais ampla do que há décadas atrás. Dessa maneira, a busca pela qualidade da educação e aumento do nível de conhecimento requer elaboração e efetivação de propostas que potencialize e amplie os saberes construídos.

1.3. Estudos Nacionais e Internacionais: Relação Interacional.

No decorrer de toda a discussão, percebemos que as políticas nacionais sempre estiveram ligadas a estímulos das políticas internacionais no referente ao processo de alfabetização. Inicialmente notou-se que os interesses na melhoria em alfabetizar os indivíduos se deu pela necessidade de formação de mão de obra para o trabalho e contínuo aperfeiçoamento.

No decorrer do tempo, as propostas de alfabetização foram construindo novos significados em diferentes contextos, favorecendo assim, o surgimento de vários movimentos sociais que buscavam a legitimidade do direito a escolaridade e a qualidade educacional.

Neste sentido, notamos que atualmente muitas são iniciativas legais que asseguram aos sujeitos direito à educação, porém percebe-se que outra problemática ameaça o processo de alfabetização, é apreensão dos conhecimentos básicos, que permitem o aluno avançar na aprendizagem.

Nesta direção, é válido explorar um pouco mais o processo de alfabetização no nosso país, analisando alguns aspectos legais, bem como diferentes concepções dos principais instrumentos que constituem o processo, a saber, a leitura e a escrita.

1.4. O Processo de Alfabetização no Brasil: Historicidade

Podemos relacionar o processo de alfabetização com a aquisição da leitura e da escrita. Dessa maneira, percebe-se que os primeiros desenhos do homem primitivo, constitui representação gráfica ou escrita que significava sua vivência e único meio de se expressar. A esse respeito, Cagliari (2009) tece o seguinte comentário para ilustrar como isso poderia ter ocorrido:

(...) quem inventou a escrita foi a leitura: um dia, numa caverna, o homem começou a desenhar e encheu as paredes com figuras, representando, animais, pessoas, objetos e cenas do cotidiano. Certo dia recebeu a visita de alguns amigos que moravam próximo e foi interrogado a respeito dos desenhos. Queriam saber o que representavam aquelas figuras e por que ele as tinha pintado nas paredes. Naquele momento, o artista começou a explicar os nomes das figuras e a relatar os fatos que os desenhos representavam. Depois, à noite, ficou pensando no que tinha acontecido e acabou descobrindo que podia "ler" os desenhos que tinha feito. Ou seja, os desenhos, além de representar objetos da vida real, podiam servir também para representar palavras que, por sua vez, se referiam a esses mesmos objetos e fatos na linguagem oral. A humanidade descobria assim que, quando uma forma gráfica representa o mundo, é apenas um desenho; mas, quando representa uma palavra, passa a ser uma forma de escrita (...). (CAGLIARI, 2009, p.15 e 16).

Com base nesse comentário, compreendemos que a escrita surge com a necessidade de expressão e compreensão do mundo. Como o homem antigo não detinha saberes estruturados sobre a escrita atual, representava seus costumes, vivências e outros por meio de desenhos.

Com o passar do tempo e a migração dos povos, aparece diferentes formas de desenhos, para representação de seus interesses e cultura. Junto com essa percepção a necessidade do ensino da codificação e decodificação, atendendo algumas décadas depois as demandas do Estado e suas ideologias em relação ao aprimoramento da força de trabalho, para servir ao mercado. A esse respeito, Vieira (2014, p.17) afirma que:

A colonização portuguesa emoldurou-se nas linhas do sistema mercantilista a partir de uma política econômica que visava o enriquecimento da metrópole, o colonizador português não veio para o Brasil com o objetivo de povoá-lo, mas obter suas riquezas a fim de servir o mercado europeu e mundial. É neste contexto que se fundaram os elementos que constituem a nossa história.

Podemos perceber, que desde o período colonialista a preocupação com a escolarização vinha por intermédio da ideologia de “enriquecimento da coroa portuguesa”, ou seja, deveria atender os interesses da igreja e do estado na época.

Analisando o processo histórico de escolarização no Brasil, podemos destacar que o ensino das primeiras letras, se deu com a chegada dos jesuítas no século XVI, por volta 1549, onde a educação era oferecida a colonos e nativos, como ponto de partida para criação de escolas e ensinar as crianças cantar, ler, escrever e contar. Podemos identificar o objetivo principal da educação jesuítica na fala de, Azevedo (1976), quando diz que após a chegada dos mesmos, após a primeira quinzena uma escola já se estabelecera para o ensino da leitura, escrita, canto e contagem.

Dessa forma, percebe-se que os primeiros a atuarem como professores no Brasil foram os jesuítas, pois os mesmos eram detentores dos saberes e métodos de ensino e tinham a formação necessária para ensinar sua língua e disseminar seus preceitos religiosos, bem como aprender a língua nativa. Foram eles que

fundaram as primeiras escolas brasileiras, com o objetivo de catequizar os índios e assim, desenvolver a aculturação dos mesmos, impondo conceitos da cultura europeia e a religião, sendo tais concepções difundidas entre os pagãos através da educação colonial.

Por centenas de anos, a educação jesuítica disseminou seus conhecimentos voltados para catequese indígena, porém, perceberam que tais atividades não eram significativas para o momento, assim, começaram assistir com maior ênfase a elite da época.

Podemos enfatizar que a reflexão em torno das concepções sobre educação se dar a partir das contribuições que os gregos trouxeram, relacionadas aos ideais de formação do homem. Os estímulos e saberes disseminados por Sócrates, Platão e Aristóteles, constituem duas vias educacionais, sendo utilizado o diálogo, pelo primeiro pensador como método pedagógico visando o desenvolvimento e formação da personalidade humana, não individual, mas universal. Enquanto no processo educativo espartano o objetivo primordial estava voltado para a defesa dos interesses do Estado e sofistas disseminando o sucesso individual.

Na Idade Média, as concepções sobre educação vão sendo modificadas, pois com o Cristianismo, podemos perceber que o primeiro mestre foi Jesus, depois apóstolos, evangelistas e pelos discípulos de Jesus, os quais não ministravam em escolas, mas nos lugares estratégicos, ou seja, públicos, onde tivesse aglomerações de pessoas. Dessa forma, a igreja se institui ao lado da família os mais básicos fundamentos do processo educacional.

A igreja por sua vez, oferece a educação básica catequista, ministrada pelos primeiros educadores, os padres. Nesta direção, podemos perceber que tais professores contribuíram consideravelmente para o desenvolvimento da formação humana espiritual, bem como a construção da consciência moral, e da valorização das diversas formas de saberes e reflexões. Como ressalta Gadotti, “Criaram ao mesmo tempo uma educação para o povo, que consistia numa educação catequista, dogmática e uma educação para o clérigo, humanista, filosófica – teológica” (GADOTTI, 1996.p.52).

Com essa compreensão, nota-se que apesar do ideário da educação antiga consistir num processo primário, tais aspectos proporcionaram a intensificação dos objetivos educacionais. Uma vez que, a inter-relação entre a fé e a razão filosófica, permitiu o surgimento de novas abordagens intelectuais, com ênfase na formação integral do sujeito e desenvolvimento de diversas habilidades, influenciando assim, significativamente a metodologia de ensino dos jesuítas, sendo esta identificada na pedagogia tradicional.

Com adventos do período renascentista, percebe-se uma nova visão de mundo e de homem, devido ao desenvolvimento científico e as descobertas tecnológicas, as quais influenciaram decisivamente nas grandes navegações, deslumbrando outras concepções de educação e de ensino.

Neste aspecto, a educação estava ao dispor do clero, da nobreza e do homem burguês, permanecendo a massa popular no analfabetismo. A partir de efervescentes questionamentos e movimentos, mais precisamente a revolução burguesa e a Reforma Protestante, a escola pública, era defendida como religiosa e não mais como laica, porém ainda mantinha primazia à população elitista, ficando em segundo plano as classes populares.

Contudo, a contrarreforma da igreja católica, lança um manual de estudos, visando orientar a prática educacional da época, sendo este denominado “Rátio Studiorum”. Baseados neste método, a educação brasileira era desenvolvida atendendo a elite e a catequese indígena.

No período iluminista, há diversas transformações no terreno pedagógico, pois o mesmo sofre enorme influencia dos movimentos realista e racionalista, somados á evolução científica e heliocêntrica na época. Com isso, novas ideias são introduzidas na área educacional, com ênfase no conhecimento real das coisas, criando uma metodologia voltada para a individualidade do sujeito, favorecendo na esfera social e moral os princípios humanos.

A esse respeito, Luzuriaga destaca alguns princípios iluministas a seguir elencados:

- Desenvolvimento da educação estatal, da educação do Estado, com maior participação das autoridades oficiais no ensino;
- Começo da educação nacional, da educação do povo pelo povo ou por seus representantes políticos;
- Princípio da educação universal, gratuita e obrigatória, no grau da escola primária, que fica estabelecida em linhas gerais;
- Iniciação do laicismo no ensino, com a substituição do ensino religioso pela instrução moral e cívica;
- Organização da instrução pública em unidade orgânica, da escola primária à universidade;
- Acentuação do espírito cosmopolita, universalista, que une pensadores e educadores de todos os países;
- Primazia da razão, crença no poder racional e na vida dos indivíduos e dos povos; e
- Reconhecimento da natureza e da intuição na educação. (LUZURIAGA, 1983, p. 150-151).

Podemos verificar que tais subsídios defendem uma educação, como direito a todos os homens. Foi num terreno de discussões e descontentamento que no século XIX, surgiram diferentes concepções de estrutura social e educacional.

A partir dessa época surge o dualismo educacional, pois, de um lado estavam os que detinham o poder financeiro e discursivo, e do outro, aqueles que ofereciam apenas a força do trabalho e não necessitavam da cultura das letras.

Vale ressaltar que até então não havia a denominação “alfabetização”, para o método de ensinar a ler, escreve e contar, pois tais práticas eram vistas como elementares e tinham o objetivo de imposição da cultura e dos princípios religiosos.

Neste sentido, saber ler, no período de 1880 a 1920, significava a única via para construção de novos e diversos saberes, não apenas para assumir o papel de escriba, mas também utilizar os subsídios da leitura e da escrita como meio de comunicação. Assim, a alfabetização significava elevar os indivíduos da sociedade de um nível exclusivamente teológico para um patamar positivista e politizado.

Ainda em relação ao processo, muitos estudos e pesquisas trilharam os caminhos da análise metodológica, visando compreender sua eficácia na alfabetização. Assim, muitos teóricos se esbarram em debates, pois de um lado estavam aqueles que defendiam os métodos sintéticos e do outro os defensores do método analítico. Tais discussões se caracterizam, pela culminância da publicação

denominada Cartilha Maternal ou Arte da Leitura, a qual trazia o Método intitulado “João de Deus”, lançado em Portugal.

O embate teórico coincidia com o período que antecedia a República, momento esse, repleto de ideais republicanos, os quais eram questionados e propagados intensamente, em função do uso da cartilha no Brasil. Neste aspecto, o positivista e Professor da Escola Normal de São Paulo, Antônio da Silva Jardim, destaca-se como difusor do Método analítico, no terreno educacional brasileiro.

O método analítico trata-se de um procedimento de palavrção, que vai do todo para chegar às partes menores; Ao contrario do método sintético, se caracteriza pela soletração, ou seja, iniciava pelas letras até se chegar nas palavras. Tais percepções metódicas foram derrotadas quando surgem novos ideários em relação ao analfabetismo que se instaurava no momento.

Com o alto numero de pessoas analfabetas e impedidas de participar das decisões públicas, a saber, processos eletivos, novas reflexões a cerca da educação para todos são estimuladas, uma vez que, a classe dominante, buscando manter-se no poder politico e educacional, tentava fazer com que a massa popular ficasse à margem do processo, sentindo- se inferior na sociedade.

Com isso, percebemos que a história da educação no Brasil, reflete diferentes situações e contextos, uma vez que, o acesso à educação era privilégio de poucos indivíduos, sendo tal direito suprimido da maioria da população, até o final do século XIX. Na ultima década desse século, várias manifestações a favor da educação para todos, demanda novas reformas educacionais, vislumbrando ampliação do acesso a escola.

Dessa forma, a instrução pública, passou a ser organizada a partir de normas e o método analítico é retomado com uma nova dimensão. Pois, a formação docente, também deteve uma atenção maior, bem como a reorganização do currículo dos grupos escolares, no referente a horários, conteúdos programáticos e fiscalização intensa da prática docente. Assim, o ensino da leitura passou a ser organizado, estruturado, sistematizado e ensinado por educadores nas instituições seguindo algumas diretrizes, a fim de alcançar os resultados esperados (MORTATTI, 2011).

Marcada por debates teóricos dentro das concepções metodológicas sintéticas e analíticas, a alfabetização percorria sua trajetória pautada nos ideais de bom ensino e aprendizagem. Ao professor, cabia seguir as diretrizes oficiais e aplicar de forma organizada as instruções da cartilha, fazendo com que os discentes memorizassem as letras, sílabas, palavras, frases e textos, relacionados a aspectos de higiene e a pátria, dando o melhor de si em defesa do seu país.

Em síntese, observamos que durante toda história da Alfabetização, o objetivo principal era superar os desafios que dificultavam o desenvolvimento da leitura e da escrita, subsídios básicos no processo, que favorecem a melhoria no campo social e econômico.

Engajados nesta perspectiva participavam diferentes órgãos: Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Banco Mundial (BM), dentre outros.

A Educação Brasileira sempre foi influenciada por diversos fatores mundiais, os quais, aspiravam desenvolvimento social e econômico. Inicialmente, o ensino era ministrado pelos jesuítas, que disseminaram a fé cristã, bem como preceitos morais, bons costumes e codificação e decodificação. Tal influência é percebida na escola atual, nas práticas pedagógicas tradicionais.

Nesse trajeto histórico, a educação que era privilégio das elites, passou a ser direito assegurado por Lei para todo e qualquer cidadão. Esta legitimidade, ligada a diferentes fatores, fez com que as salas de aula recebessem enorme quantitativo de alunos, constituindo pequenos espaços heterogêneos.

Desta forma o ensino da leitura e da escrita, deparou-se com grandes dificuldades no referente ao desenvolvimento das habilidades básicas do processo. Muitos aspectos de ordem metodológica e perceptivas do ensino aprendizagem vieram a tona, levando aos mais longínquos espaços a discussão sobre o percurso da Alfabetização.

Foi neste terreno de dúvidas e angústias que o problema dessa pesquisa foi constituído, uma vez que o processo de Alfabetização está diretamente ligado ao trabalho com gêneros textuais, pois os mesmos viabiliza o desenvolvimento da leitura e da escrita.

Assim, o problema possibilita o seguinte questionamento: De que forma as poesias e os poemas podem influenciar a prática pedagógica no contexto da Alfabetização? Com essa indagação, pretendemos compreender como os gêneros já mencionados podem constituir um riquíssimo instrumento de desenvolvimento das diferentes habilidades linguísticas.

Neste aspecto, as perguntas de investigação estarão baseadas no que se busca compreender no processo de alfabetização, tendo como estudo as poesias e os poemas.

1.5. Perguntas de Investigação

- Qual a importância dos gêneros textuais: poesias e poemas no processo de alfabetização e letramento?
- Qual a metodologia utilizada ao trabalhar poesias e poemas na alfabetização e letramento e suas dificuldades?
- De que forma a prática pedagógica deve influenciar no processo de alfabetização e letramento, trabalhando os gêneros poemas e poesias?

1.6 Objetivos da pesquisa

1.6.1 Objetivo Geral

- Analisar a importância dos gêneros textuais: poesias e poemas no Processo de Alfabetização e Letramento dos alunos do 2º ano do Ensino fundamental, na Escola Marileia Ferreira dos Santos, Serra do Ramalho- Bahia.

1.6.2. Objetivos Especificos

- Compreender a importância dos gêneros textuais: poesias e poemas no Processo de Alfabetização e Letramento, dos educandos, do 2º ano do Ensino Fundamental;

- Refletir a metodologia e a prática pedagógica utilizada no trabalho com os gêneros supracitados;
- Identificar os principais desafios/dificuldades dos educadores no trabalho pedagógico com os gêneros textuais mencionados;

1.7 Justificativas da Pesquisa

A sociedade hodierna, a cada dia exige dos sujeitos que nela está inserido, um amplo conhecimento em diferentes áreas sociais. Neste sentido, é necessário que os integrantes dessa sociedade dominem com excelência tanto a linguagem oral quanto a escrita, bem como, fazer uso dos diferentes gêneros textuais em vários contextos e situações sociais.

É neste aspecto que a aquisição da leitura, o domínio da mesma e a apreensão da realidade, ocupam um lugar de grande relevância na vida de cada um. Pois, as mesmas oferecem subsídios necessários para a comunicação com os outros, e a continuidade de aprendizagens significativas.

Vale ressaltar que para chegar a esse patamar, o indivíduo necessita passar pelo processo de Alfabetização e Letramento, os quais fornecerão fundamentos necessários para que o discente construa saberes e amplie seus conhecimentos constantemente. Foi pensando neste “aprender a aprender” que surgiu a necessidade de analisar a importância dos gêneros textuais: poesias e poemas no Processo de Alfabetização e Letramento e na formação sociocultural e cognitiva dos educandos do Ensino fundamental, empreendendo uma reflexão sobre a metodologia utilizada no trabalho pedagógico com determinados gêneros, destacando as principais dificuldades.

Tal projeto servirá de instrumento para compreender como os gêneros textuais mencionados contribuem no processo de Alfabetização e Letramento, favorecendo uma formação sociocultural e cognitiva que possibilite o uso da diversidade textual e diferentes situações e contextos na sociedade.

Ainda será desencadeada reflexão acerca da metodologia utilizada pelo educador ao trabalhar com poesias e poemas no Ensino Fundamental, identificando as dificuldades mais frequentes e as situações problemas surgida no decorrer de todo o processo. Após detectadas as deficiências, o entendimento proporcionará subsídios para reestruturação do planejamento de ensino , o qual favorecerá a autoconstrução de conhecimentos, aprimorando saberes, constituindo seres atuantes em qualquer situação ou contexto social.

CAPÍTULO II – MARCO TEÓRICO

Neste capítulo teceremos discussões sobre o conceito de gêneros textuais enfatizando poesia e poemas; Abordaremos ainda a percepção de alguns autores em relação à Alfabetização e o Letramento no Ensino fundamental I e a prática pedagógica com determinados gêneros.

2.1 Gêneros Textuais: Poesia e Poema no Desenvolvimento Social

A sociedade atual mergulhada num mundo de inúmeras informações e transformações tecnológicas, demanda dos sujeitos o domínio e da escrita e da leitura, condição necessária em níveis educacionais e sociais para garantir o enfrentamento dos desafios propostos na contemporaneidade. Para tanto é indispensável, o empenho de todos os envolvidos nesse processo, bem como a concepção dos mesmos sobre esse desenvolvimento integral e o letramento, que segundo Magda Soares é o exercício das práticas sociais de leitura e escrita, associadas à interação oral e social.

Fica evidente que, o educando só conseguirá alcançar esse nível se estiver a formação básica, assegurada pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) que é “o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo”. (Art.32-). Assim, à escola cabe o trabalho com diversos gêneros textuais, possibilitando aos discentes o contato direto com textos distintos, analisando e compreendendo – os, percebendo suas características estruturais.

Nesse aspecto, é válido refletir o conceito de gêneros textuais, visando compreender a importância dos mesmos na formação sociocultural dos alunos, bem como na ampliação de saberes e usos de diferentes escritos na interação social. Assim, Marcuschi apud Rojo, considera gênero textual como “textos materializados

que encontramos em nossa vida diária e que apresentam características sociocomunicativas definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica” (Rojo,2005, p.187).

Partindo dessa afirmação, é possível perceber que os gêneros textuais representam os diversos escritos, os quais se distinguem por suas características composicionais específicas. Podemos entender ainda, que os mesmos desenvolvem-se numa relação de texto e contexto, constituindo múltiplas dimensões textual, social e política.

Em face das multidimensões dos gêneros, é válido destacar alguns, dos inúmeros exemplos que circulam na sociedade, como a carta, o jornal, bula de remédio, poemas, poesias, artigos, e-mail, mensagens, contos etc. Assim, daremos ênfase aos gêneros poesias e poemas, visto que nas series iniciais tais textos desempenham uma função crucial no que se refere ao estímulo à leitura devido a relação harmônica com a musicalidade e estrutura com palavras rimadas.

Fica evidente que os gêneros textuais constituem uma importante ferramenta de interação social, a qual é mediatizada e modificada de acordo as situações e finalidades dos usuários. Portanto, “a escolha dos gêneros deverá levar em conta os objetivos visados, o lugar social e os papéis dos participantes.” (KOCH. P.55)

Neste âmbito, os gêneros não representam apenas instrumentos de comunicação, mas objetos de ensino aprendizagem, os quais possibilitam a expressão de ideias e conhecimentos a partir da produção escrita tornando o ensino um constante movimento, “ensinar e aprender, construir e compartilhar” (Coll. 1994). É nesse processo de interação (inter-ação) entre os sujeitos, que a língua se torna discurso, ou seja em práticas discursivas, sendo estas materializadas em diferentes tipos de textos escritos.

Desta forma, os gêneros textuais são imprescindíveis no desenvolvimento das produções escritas que valoriza as especificidades textuais e as expressões do pensamento , assim como, a representação do mundo real onde o individuo está inserido e a diversificação da escrita a partir da apreensão da diversidade textual.

Pensando dessa maneira, é importante organizar um ensino que favoreça o desenvolvimento dos saberes discursivos e linguísticos dos educandos, levando em

consideração a diversidade de textos na construção da unidade fundamental de trabalho, que é o texto.

Neste âmbito, é essencial um planejamento bem estruturado e significativo que tenha como objetivo central o desenvolvimento do discurso, assim como a formação do leitor e escritor competente, uma vez que, a qualidade educacional e social, depende da autonomia construída ao longo de todo o processo e pressupõe que os indivíduos envolvidos compreendam o imenso valor da sua atuação e do compromisso social, o que, não se pode permanecer indiferente com as situações decorrentes das rápidas transformações do mundo globalizado e de tantas incertezas.

Tal trabalho exige uma prática constante de várias leituras para se entender os diversos sentidos atribuídos aos gêneros textuais, contribuindo assim, para a formação de bons e efetivos leitores e escritores, capazes de interpretar e expor ideias através da linguagem oral ou escrita.

Considera-se que com o domínio de gêneros discursivos, os discentes terão possibilidades de buscar permanentemente a aprendizagem e sua autonomia, atuando como cidadão crítico e reflexivo na conquista de uma sociedade mais justa e humana.

2.2. Educação: Aprendizagem Sustentada nos Quatro Pilares

A educação atual vem sofrendo inúmeras mudanças. Nesse sentido, percebe-se a necessidade de refletirmos e discutirmos sobre o verdadeiro papel da educação, num mundo complexo e de relações complexas.

Partindo da premissa de que a educação é um processo de desenvolvimento intelectual e sócio-político, nota-se que esta é a base da formação de cidadãos ativos e transformadores.

A educação é Segundo Freire (1996, P.98), “uma forma de intervenção no mundo”. Com essa concepção, nota-se que a mesma, além de formar cidadãos conscientes, propicia a estes instrumentos cognitivos necessários e úteis na

intervenção e mudanças das complexidades existentes no meio onde os mesmos estão inseridos.

Diante dessa conjuntura, a educação deve alcançar seu significado mais amplo, ou seja, a formação integral do ser humano. Para tanto, é imprescindível o desenvolvimento de políticas educacionais estruturadas nos quatros eixos apontados pela UNESCO, os quais necessitam ser lembrados.

O primeiro eixo refere-se à compreensão dos intrincados aspectos do mundo, construindo a base para a contínua aprendizagem. Esse é o “aprender a conhecer.”. “O aprender a fazer”, diz respeito ao desenvolvimento das habilidades e descoberta de aptidões para adaptar-se ao mundo tecnológico e globalizado, bem como assimilação e utilização das informações nos atuais e diferentes contextos;

O “aprender a conviver”, ressalta a importância da interação entre os sujeitos e a reciprocidade, levando em conta o respeito das diferentes culturas, etnias e religião, gerenciando intelectualmente e na coletividade os conflitos sociais surgidos no meio; O último eixo, destaca o valor o da construção do pensamento crítico e autônomo, em que o individuo é capaz de tomar decisões, regido por sua liberdade, compreensão e interação desenvolvidas nos eixos anteriormente citados.

Compreende-se que a educação estruturada em torno desses eixos, cumprirá o seu papel em caráter amplo, desenvolvendo as competências e habilidades essenciais em busca da aprendizagem contínua e significativa e ao exercício pleno da cidadania.

2.3. Refletindo sobre concepções de leitura e de escrita

Quando se fala em leitura a primeira impressão é que “decodificar símbolos, ou seja, letras e palavras”, porém compreende-se que o uso da leitura vai muito além do simples ato de decodificação. No âmbito educacional a leitura é considerada um dos subsídios de ensino, à medida que a mesma seja significativa, pode se tornar um objeto de aprendizagem.

Mas, nesse sentido, não se pode esquecer que o trabalho com a leitura e a escrita, envolve uma série de variáveis, dentre os quais se destacam: o aluno, a língua, o professor e o ensino. Assim, é imprescindível, analisar algumas concepções de língua ou linguagem. Sendo a língua uma (pro) e reprodução social, ação realizada por sujeitos como uma forma de comunicação e participação social, como ressalta os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNS), "é um sistema de signos históricos e sociais que possibilita o homem significar o mundo e a realidade" (PCN-língua portuguesa, p.24).

Nesta perspectiva, ao utilizar tal instrumento de interação, as pessoas vão reproduzindo linguagem, e adequando as necessidades que surgem no meio onde estão inseridas. Isto significa dizer que as mesmas produzem discursos, para comunicar ideias, opiniões, interpretar realidades e relacionar-se com outros sujeitos dentro de um contexto ou situação.

Além disso, o uso e apreensão da língua permitem aos indivíduos a reconstrução de concepções e a compreender a si mesmos, pois, "aprendê-la, é aprender não só as palavras, mas também os seus significados culturais e. o seu meio social... e a si mesmos" (PCN, P.24).

Percebe-se que a linguagem exerce um papel importantíssimo no processo de ensino aprendizagem, uma vez que, é a partir de tal subsídio que o discente, construirá conhecimentos em diversas circunstâncias, fazendo uso da escrita. Assim sendo, leitura e escrita não deve ser tratadas separadamente, pois, as mesmas são "práticas complementares, fortemente relacionadas, que se modificam mutuamente no processo de letramento..." (PCN, p.52).

Neste sentido, é preciso reconhecer que a língua escrita não é a transcrição da fala, pois, "as diferenças entre a língua falada e a língua escrita são de outra natureza (...); elas resultam de diferenças entre os processos de falar e de escrever, ou entre condições de produção do texto falado e do texto escrito" (Rodrigues,1993, p.13)

Portanto, compreende-se que a produção escrita não pode ser mecânica, mas precisa está situada dentro de um contexto, onde o leitor entenda a mensagem

e escritor alcance seu objetivo. Para isso é importante, verificar ou identificar diversidades textuais, além dos elementos intra e intertextuais. /lingüísticos.

Assim, produzir textos implica reconhecer a função, objetivo do locutor e interlocutor, bem como o papel mediador da interação entre o homem e o seu meio.

A seguir, veremos algumas características distintivas da linguagem oral e da linguagem escrita.

2.3.1. O Desenvolvimento da Linguagem Oral e a Escrita.

Compreendendo a linguagem como um processo social de interação, a mesma pode ser utilizada oralmente, em uma conversa informal, ou através da escrita, analisando os diferentes usos e funções da mesma na sociedade.

A utilização da linguagem oral se dá desde os primeiros anos de vida, sendo seu desenvolvimento contínuo. Para melhor compreensão, é válido destacar algumas características desse processo, como: A fase do balbúcio, que se dá a partir dos dois meses, onde a criança emite sons ainda incompreensíveis, mas, são manifestações de suas necessidades.

Do quinto mês em diante a criança balbúcia sílabas repetidas e não completar um ano de vida é perceptível a utilização de palavras isoladas, começando a desenvolver a fala sequentemente; Aos três anos ela entra na fase da pré-leitura, onde já têm o domínio de mais ou menos seiscentas palavras, podendo relacionar imagens a sons ou ritmos.

Nesse terreno vale lembrar os estágios de desenvolvimento da criança elencados por Piaget. O primeiro é o sensorio motor, aonde a criança vivencia situações externas e vai se desenvolvendo internamente, a partir de situações ou experiências representadas mentalmente. No desenvolvimento da linguagem há uma socialização efetiva da inteligência, e no que se refere a reciprocidade demonstra certa dificuldade; No pré-operacional, a capacidade de seriação e classificação são construídas por volta de dois aos seis/sete anos.

Já na fase operatória concreta e formal, a criança reconhecer conservações físicas e a constituição do espaço. Nos estágio operacional concreto e abstrato que a mesma começa a compreender o meio que a cerca.

Henri Wallon nos seus estudos ressalta aspectos da afetividade, da motricidade e da inteligência no desenvolvimento infantil, em que tal processo é destacado por rupturas e retrocessos, num movimento de interação entre o sujeito e o meio.

Wallon enfatiza estágios como: Impulsivo emocional, em que a criança ainda nos primeiros anos de vida desenvolve condições sensoriais motoras e explora o ambiente: No sensorio - motor, a partir dos três anos, a criança percebe e identifica objetos, utilizando sua capacidade de simbolizar, ou melhor, sua inteligência perceptiva. Na fase, personalismo, a interação com outras pessoas possibilita a construção da consciência de si, representadas por relações afetivas; Já no categorial, o progresso intelectual é percebido no momento em a criança demonstra relações com o meio.

Vigotsky também nos deixou sua contribuição destacando níveis de desenvolvimento que são: O real, onde a criança já consegue fazer muita coisa sozinha; E o nível potencial em que a mesma precisa da ajuda de alguém para concretizar algumas tarefas.

Neste âmbito, o papel da instituição escolar é oferecer subsídios necessários para que a criança compreenda o mundo a partir de conhecimentos já apreendidos inicialmente.

No que se refere ao educador este deve observar como os discentes se comportam frente às atividades desenvolvidas, sejam elas individual ou grupal. Pois, “é preciso planejar oportunidades em que a criança dirija suas próprias ações, tendo em vista seus recursos individuais e os limites inerentes ao ambiente” (RCNEI, P15). Com esse cuidado ele terá oportunidade de estruturar ações pedagógicas que propicie a construção de habilidades dos pequenos aprendizes, bem como o desenvolvimento e a capacidade de aprender significativamente e agir com autonomia.

É a partir da autonomia que a criança compreende, discute e reformula as regras junto aos sujeitos participantes ou não do seu grupo de convívio. Portanto, “a educação em direção a autonomia significa considerar as crianças como seres com vontade própria, capazes e competentes para construir conhecimentos e, dentro de suas possibilidades, interferirem no meio em que vivem.” (RCNEI, P.14)

Percebe-se que é a partir do desenvolvimento da expressão verbal que o ser humano vai construindo estruturas linguísticas capazes de verbalizar seus desejos e necessidades apropriando-se de termos compreensíveis. Assim, a linguagem é constituída e ampliada na relação entre as pessoas, tornando significativa quando as mesmas a utiliza para compreender e atuar em diversas situações, pois, “a linguagem verbal possibilita ao homem representar a realidade física e social e , desde o momento em que é aprendida, conserva um vínculo muito estreito com o pensamento”(pcn,p.24) .

Assim, ela é um suporte dinâmico e está continuamente se desenvolvendo e se transformando, de acordo com as diversidades culturais os quais podem determinar variações linguísticas.

Neste âmbito, a variedade linguística pode ser percebida em diferentes regiões do Brasil, e diferentes meios sociais onde os indivíduos se relacionam. Essa variedade dialetal deve ser respeitada e valorizada, e utilizada adequadamente em determinadas circunstâncias interativas.

Para isso, a escola deve mediar um ensino que viabilize o uso da língua padrão em circunstâncias onde a mesma necessita ser utilizada. Porém, deve ficar atenta a qualquer tipo de “preconceito linguístico”, porque estudo da língua (discurso oral) é uma coisa e estudo gramatical é outra. É preciso um trabalho que possibilite o desenvolvimento habilidades linguísticas e uma reflexão profunda sobre a língua, evitando qualquer tipo de preconceito, dando a qualquer variedade o devido valor social e simbólico. Pois como ressalta Bagno “toda e qualquer língua humana viva é, intrinsecamente e inevitavelmente, heterogenia,... apresentam variações em todos os níveis seus estruturais... e de uso social” (p.27/28).

Já na linguagem escrita, esta vai se desenvolvendo continuamente conforme a maturidade do individuo e o contato permanente com diferentes tipos e gênero

textuais. Portanto, a entrada no mundo da escrita requer familiarização com a diversidade textual, além do domínio dos símbolos da comunicação humana escrita.

Tal processo demanda de uma série de etapas, que vai desde as garatujas até a escrita propriamente dita. Percebe-se que há uma necessidade de cuidadosamente planejar esse período tão imperioso da criança, que é o da preparação para a escrita.

As atividades preparatórias ao contrário da prática mecânica de exercícios, têm por objetivo desenvolver a coordenação motora fina e grossa, além da percepção visual, auditiva, espacial, temporal etc. Mas, para o progresso seja constante é indispensável mediação e identificação de diversos fatores que afetam o processo, analisando-os e procurando superá-los.

É importante enfatizar que a escrita nos primeiros anos escolares deve partir do interesse e curiosidade espontânea da criança, pois a representação gráfica depende o desenvolvimento da percepção, linguagem, relação, compreensão, bem como a finalidade da utilização da escrita.

Neste sentido, surge a necessidade da criança compreender por que a mesma precisa escrever, ou seja, qual é o valor da escrita. Partindo dessa compreensão a criança fará uso da escrita para fins comunicativos, descartando a ideia de obrigatoriedade. Segundo Fiel “a escrita é um movimento fluente e contínuo, e só o traço livre da criança, executado dentro de sua etapa evolutiva, pode prepará-la para estes movimentos” (1987, p.94).

Como se pode observar, os recursos metodológicos utilizados pelos educadores no processo ensino aprendizagem da leitura e da escrita exercem um papel relevante. As atividades planejadas devem propiciar ao educando a aquisição de conhecimentos úteis, através da observação, experimentação, criação. e produção textual. Assim a “produção de textos é o ponto de partida de todo processo de ensino aprendizagem da língua, pois, no texto, a língua se revela em sua totalidade”. (Geraldi, 1993)

Vista sob esse prisma, a escrita e a leitura são indissociáveis, ao passo que no movimento ler e escrever, o indivíduo adquire diversas competências

comunicativas, apreende vários aspectos relacionados à escrita e ainda, amplia seu universo de produção textual.

É importante ressaltar que na linguagem oral os sujeitos fazem uso de diferentes elementos paralinguísticos, ou seja, de gestos, olhares, etc, enquanto na linguagem escrita, são utilizados elementos linguísticos, os quais fornecem ao leitor a compreensão dos objetivos e intenções do autor.

Neste âmbito, a prática social de leitura e escrita objetiva formar sujeitos capazes de buscar conhecimentos, que associados às novas tecnologias favorece a participação social e o pleno exercício da cidadania.

2.4. A Importância da Leitura no Contexto Atual

Atualmente, a educação vem sofrendo grandes transformações as quais exigem dos envolvidos no processo domínio em diversas áreas do conhecimento. Dessa forma, a escola como um espaço de aprendizagem, deve oferecer à sua clientela um desenvolvimento integral.

Fica evidente que, o educando só conseguirá alcançar esse nível se estiver à formação básica, a qual é assegurada pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) que é “o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo”. (Art.32-I).

Neste âmbito, percebe-se que a aquisição da leitura e da escrita ocupa um lugar de grande importância na formação básica da vida dos educandos, pois, é a partir desse processo que os mesmos poderão atuar na busca e aperfeiçoamento de novos saberes alcançando o nível de letramento como ressalta Ferreiro:

(...) digo escrita entendendo que não falo somente de produção de marcas gráficas por parte das crianças; também falo de interpretação dessas marcas gráficas. (...) algo que também supõe conhecimento acerca deste objeto tão complexo – a língua escrita – , que se apresenta em uma multiplicidade de usos sociais (1992, p. 79).

Para tanto, é indispensável o empenho de todos os envolvidos nesse processo, bem como a concepção dos mesmos sobre esse desenvolvimento integral e o letramento, que segundo Magda Soares é o exercício das práticas sociais de leitura e escrita, associadas à interação oral e social.

Percebe-se então que ser alfabetizado hoje, só lendo e escrevendo apenas não basta. É preciso utilizar a leitura e a escrita nas práticas sociais e na interação com outros membros da sociedade, bem como na busca de novos conhecimentos e apreensão da realidade. Pois, o simples ato de decodificar e codificar no contexto atual constituem uma minúscula parte do verdadeiro desenvolvimento e aquisição da leitura.

Neste âmbito Freire contribui para essa compreensão quando diz que:

a leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente... a leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto. (1982).

Partindo desta concepção, a leitura e a escrita estão intimamente ligada à compreensão do meio, onde o individuo se encontra. Porque, é a partir de tal compreensão que as mudanças e transformações se concretizarão, tanto no meio quanto no próprio sujeito. Uma vez que "Ler é uma atividade extremamente complexa e envolve problemas não só semânticos, culturais, ideológicos, filosóficos, mas até fonéticos" (CAGLIARI, 1995, p. 149).

Observa-se o quanto é importante compreender o significado da leitura e o seu uso na interpretação da realidade, concebendo-a como:

um ato de abertura para o mundo. A cada mergulho nas camadas simbólicas dos livros, emerge-se vendo o universo interior e exterior com mais clareza. Entra-se no território da palavra com tudo o que se é e se leu até então, e a volta se faz com novas dimensões, que levam a reinaugurar o que já se sabia antes (Resende, 1993)

A leitura, portanto é entendida como um ato de interação com o mundo, onde o leitor é participante ativo desse processo, visto que o mesmo busca resignificar suas concepções e atitudes como ser humano e social.

É importante ressaltar que, com o domínio da leitura e seu uso social, o indivíduo desenvolverá capacidades para se integrar ao mundo tecnológico e ao trabalho, uma vez que as demandas atuais requerem dos cidadãos o domínio de diferentes habilidades no que diz respeito ao manuseio, compreensão e utilização das várias ferramentas da informática.

Assim, com a tecnologia, abre-se um leque, onde o indivíduo pode desenvolver competências a partir da informação e da comunicação e do uso consciente e criativo desses instrumentos.

A respeito de competência tecnológica é necessário enfatizar que é um engajamento político com o intuito de reforçar a coletividade na interação social, pois as novas tecnologias estão ligadas ao mundo da subjetividade e da criatividade humana. Nesta perspectiva, as novas ferramentas tecnológicas como interativas e educativas precisa ser utilizadas para fins bem definidos, e como estímulo e desenvolvimento intelectual dos educandos.

Para isso, há necessidade de o educador assumir-se como mediador desse processo, propiciando um ambiente que valorize o processo de aprender dos discentes criando possibilidades para o mesmo fazer, refazer, experimentar, e manter conexões éticas individuais e coletivas e aprendizagens significativas.

Como se pode perceber, a prática pedagógica deve estar voltada para o processo de construção do conhecimento, o que pressupõe reflexões organização e reconstruções da sua prática objetivando a cumprir o seu papel na formação de sujeitos pensantes, capazes de levantar hipóteses, (re) criar, estabelecer relações conceituais, assimilar e por fim aplicar.

Retomando a importância da leitura fica evidente que a aquisição da mesma requer a quebra de muitos paradigmas, providência de condições e meios cognitivos para obtenção da aprendizagem significativa e o desenvolvimento de competências essenciais ao pleno exercício da cidadania. Por isso adotar práticas de leitura, é

hodiernamente um subsidio essencial, para os que buscam a qualidade de vida em todas as áreas.

Segundo Silva,

Ler é conseguir o devido combustível de idéias para viver em sociedade. E essa conquista passa necessariamente pela objetividade do ensino e pela qualidade da escola. Isso não é uma inferência, mas um fato real ou, uma previsão do que se acerta. (. 2003, p. 49)

Percebe-se mais uma vez, a importância do ensino e da sua qualidade, a qual perpassa pela formação e preparação dos profissionais da educação. Assim, o educador contribui eficazmente com a transformação do espaço de ensino. Pois como diz NÓVOA (1992, p. 28) “as escolas não podem mudar sem o empenhamento dos professores; e estes não podem mudar sem uma transformação das instituições em que trabalham.”.

Neste sentido, refletir a prática docente, reestruturando-a de acordo as necessidades dos discentes é um passo imprescindível, visto que a aprendizagem, principalmente da leitura demanda um cuidado especial no referente a dificuldades seja de ordem emocional, psicológica, cognitiva, física ou qualquer outra.

Em síntese, há uma necessidade enorme da reflexão entre teoria e prática, ou seja, a utilização da práxis, objetivando a melhoria do ensino aprendizagem da leitura e da escrita. Assim, é indispensável identificar as dificuldades dos discentes nesse processo, visando a organização e planejamento eficaz que permita inclusão desses aprendizes e seu pleno desenvolvimento cognitivo e social.

2.5. Alfabetização e letramento: Concepções De Alguns Autores

Quando falamos em alfabetização, logo nos reportamos ao ato de conhecer o alfabeto e codificar e decodificar sentenças. O termo inicialmente, carregava no seu sentido o domínio da leitura e escrita. Com o passar do tempo e após várias

discussões em diferentes contextos sociais e culturais, o conceito do vocábulo foi tomando outra dimensão. Assim, a alfabetização, enquanto compreensão e uso do código linguístico passou a ser refletido enquanto processo de interação com o objeto de conhecimento. Como ressalta Ferreiro e Teberosky (2003), a alfabetização é um processo contínuo e não se dá da mesma forma e tempo com todos os indivíduos, uma vez que o conceito do termo também muda de acordo com as situações, períodos e contextos.

Dessa forma, a alfabetização como uma etapa da escolarização, onde os discentes devem dominar os conhecimentos da leitura e da escrita, processo pelo qual, demanda planejamento e prática pedagógica consistente e eficiente. Uma vez que, a sociedade atual, imersa na era tecnológica, demanda indivíduos letrados, que façam uso de diferentes meios de comunicação e interação.

Nesta perspectiva, a preocupação não está direcionada apenas aos educadores, mas a todos os seguimentos sociais, aspirando elevar os índices de alfabetismo. Foi partindo das exigências sociais, frente ao elevado grau de analfabetismo que nos anos 80, surge na literatura o vocábulo letramento, ampliando o conceito de alfabetização.

Nesta direção a UNESCO, ressalta a compreensão da alfabetização em seus aspectos socioculturais e econômicos, considerando:

[...] as circunstancias [...] como um todo, de modo que a implementação da alfabetização tem que se adaptar a ambientes rurais, periurbanos e urbanos, à relação com a oralidade e as chamadas culturas „orais “e à sua relevância para a vida dos agricultores, tanto homens quanto mulheres, e para o setor informal da economia. Os benefícios diretos da alfabetização muitas vezes se manifestam, primeiramente, em termos de fatores intangíveis, como uma maior autoestima, uma mobilidade mais ampla, participação mais intensa na vida comunitária e maior respeito pelas mulheres – fatores esses que são de importância fundamental para as iniciativas locais de combate à pobreza e à impotência. (UNESCO, 2003, apud SCHOTTEN, 2011: 51).

Percebemos que, tal conceito pela amplitude descrita, funde-se com o que muitos autores chamam de letramento. Tais termos no processo ensino aprendizagem são indissociáveis, uma vez que a palavra alfabetização em seu

sentido tradicional, tornou – se incapaz de abarcar o que realmente a sociedade demandava num período de grandes avanços e desenvolvimento educacional, era necessário ampliar seus aspectos conceituais, transformando-a em algo bem mais elaborado.

A esse respeito, Tfouni diz que não é possível desvincular esses dois vocábulos. De acordo a autora, “trata-se de um conjunto, enquanto a escrita é produto cultural por excelência, a alfabetização e o letramento são concebidos como processos de aquisição de um sistema de escrita.” (Tfouni ,1995, p. 10).

É válido destacar que neste terreno surge a palavra "letramento" a qual, segundo Rojo (2010) vem do termo “literacy”, que em inglês designa a “capacidade de ler e escrever”, praticada na escola, como o que nós conhecemos por “alfabetização”. Tal palavra foi mencionada pela primeira vez no Brasil, em 1986, por Mary Kato, em sua obra: No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística e depois de alguns anos passou a ser continuamente discutida no âmbito educacional.

A partir de então, muitos autores tem se posicionado em relação à alfabetização e o letramento, demonstrando suas concepções.

Soares enfatiza que tais termos,

Não são processos independentes, mas interdependentes, e indissociáveis: alfabetização desenvolve-se no contexto de e por meio de práticas sociais de leitura e de escrita, isto é, através de atividade de letramento, e este, por sua vez, só se pode desenvolver no contexto da e por meio da aprendizagem das relações fonema-grafema, isto é, em dependência da alfabetização (SOARES, 2003, p. 14).

Notamos que, alfabetização e letramento caminham juntos no processo ensino aprendizagem, sendo o primeiro caracterizado pela aquisição da leitura e da escrita, e o segundo pelo uso desses instrumentos na interação social, concluindo que “o letramento está contido e contém o objetivo e a consequência do ato de alfabetizar e de estar alfabetizado, pois alfabetização encerra a participação social em práticas de uso de escrita.” (BROTTO, 2008, p. 41).

Para Magda Soares, o letramento é o “[...] estado ou condição de quem não apenas sabe ler e escrever, mas cultiva e exerce as práticas sociais que usam a

escrita”. (Soares,2004, p. 47) o individuo que faz uso das atividades de leitura e escrita, para comunica-se e interagir socialmente, respondendo as exigências da sociedade em seus diferentes contextos e complexidade, este é considerado letrado. A autora ainda ressalta que ser alfabetizado não significa ser letrado. É neste sentido que é preciso compreender os aspectos que caracterizam cada processo especificamente, os quais são distintos, porém interligados.

2.6 Marcos Regulatório do Processo de Alfabetização e Letramento

No decorrer de toda história da educação como desenvolvimento social, a alfabetização infantil tem sido a cerne de muita discussão, desencadeando a construção de várias propostas que ao longo do trajeto foram constituindo marcos regulatório. Neste aspecto, vale lembrar algumas das leis que asseguram e regulamentam o processo de alfabetização, especificamente no Ensino Fundamental inicial.

Tudo teve inicio a partir da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96, as quais favoreceram o surgimento das politicas públicas, visando assegurar legalmente o direito de todo cidadão ao acesso e a qualidade ao ensino público. Dessa forma, vários caminhos foram sendo delineados enfatizando o processo de alfabetização como principio essencial para o desenvolvimento integral do individuo. Neste sentido, podemos citar algumas propostas e leis constituídas objetivando a orientação, implementação, manutenção e valorização do processo e do profissional campo educacional: O Plano Nacional de Educação (PNE), criado pela LDB 9394/96,art.87;Em 1996 o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) ,que após uma década é substituído pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) ; Em 1997 os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).Todo esse conjunto regulamentares deu origem a amplas discussões no âmbito das necessidades sociais , econômicas e políticas , surgindo

nesse terreno o Plano Plurianual , possibilitando ações em diferentes áreas , favorecendo a elevação da qualidade educacional em todas as etapas do ensino, assegurando o acesso de todos à educação (BRASIL, 2010, p. 36)

Podemos ainda destacar a criação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), visando mobilizar toda sociedade em busca da promoção de educação de qualidade, a partir de metas e sistema de avaliação do ensino aprendizagem. Nesta direção, é implantado pelo governo federal, em 2007, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), instrumento avaliativo adotado para indicar a qualidade educacional. Nesta direção, percebemos que durante toda trajetória histórica da educação brasileira, as políticas públicas surgidas, buscavam diminuir as desigualdades sociais que interferiam diretamente na qualidade do ensino e desenvolvimento social.

Assim, vários acordos foram sendo firmados fortalecendo as aspirações de todos aqueles que viam na educação o caminho para o sucesso social. Percebemos que todas as manifestações no âmbito educacional, estão diretamente ligadas as políticas públicas para educação, seja ela federal, estadual ou municipal, constituindo um acervo de ações que vão transformando ou ampliando de acordo o cenário demonstrado nas avaliações externas, a saber o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB),o qual implantado em 1990,pelo Ministério da Educação (MEC),em articulação com as Secretarias Estaduais de Educação (SEE). Tal sistema, a cada dois anos, por meio da Prova Brasil avalia os discentes do 5º e 9º anos do Ensino Fundamental, bem como alunos do 3º ano do Ensino Médio (EM),objetivando a obtenção do IDEB, instrumento de verificação da eficiência da escola em relação ao ensino e aprendizagem da leitura e da escrita.

Nesta direção, como política de Alfabetização, em 2012 é instituído o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), o qual vinha sendo traçado desde 2008, com vistas na reconstrução do currículo. Em razão dos enormes índices de analfabetismo o Plano Nacional de Educação – PNE estabeleceu metas e estratégias para o período de dez anos, visando a superação da realidade identificada. Foi nesse terreno que surgiu a proposta do PNAIC, sendo regulamentado por meio da Lei nº. 867, de 2012, objetivando alfabetizar as crianças

até os oito anos de idade ou ao final do 3º ano do ensino fundamental. Tal pacto foi firmado pelos entes federados, estados e municípios.

Compreendemos que, o PNAIC corresponde à seguridade do direito da criança de ter um processo alfabetização de qualidade, sendo todas as propostas instituídas de forma a considerar que:

As ações do Pacto terão como foco os estudantes das séries iniciais, cabendo aos professores, coordenadores pedagógicos, gestores escolares, gestores públicos e instituições formadoras uma responsabilidade compartilhada no alcance do direito da criança de, no máximo até os oito anos, escrever, ler com fluência e dominar os fundamentos da Matemática no nível recomendável para sua idade (BRASIL, 2016a).

Além das ações propostas para viabilizar o processo de alfabetização e letramento, o Programa também proporcionou ao professor alfabetizador formação continuada, ampliando o exercício da reflexão da prática, assim como, a utilização dos instrumentos avaliativos que levam em consideração o nível desenvolvimento de aprendizagem dos alunos. Diante disso, ao educador cabe alicerçar seu fazer pedagógico num processo constante de reflexão buscando a qualidade nas práticas inovadoras da educação. Para tanto, o percurso da formação docente deve contribuir de maneira eficaz, possibilitando ao mesmo instrumentos que favoreçam um ensino com ênfase no diálogo, na reflexão crítica, onde a aprendizagem seja significativa e não uma mera informação. Pois, como enfatiza Antunes,

Ensinar quer dizer ajudar e apoiar os alunos a confrontar uma informação significativa e relevante no âmbito da relação que estabelecem com uma realidade, capacitando-o para construir os significados atribuídos a essa realidade e a essa relação (Antunes, 2008, p. 30).

Entendemos que, para que os discentes aprendam de forma significativa o professor deve dispor de pressupostos teóricos que assegure a qualidade. Além disso, o planejamento e os procedimentos metodológicos devem atender as necessidades dos alunos, fazendo-os progredir na construção de saberes.

Dando prosseguimento aos marcos regulatório, podemos identificar ainda o PNE, instituído pela Lei 13.005, de 2014, o qual estabelece metas objetivando melhorar a qualidade da Educação Básica. Dentre as 20 metas desse documento, podemos destacar quatro que fazem referência a Base Nacional Comum Curricular - (BNCC), que começou ser escrita em 2015, perpassando por quatro versões até sua publicação em 2017, a qual deverá ser implantada nas escolas brasileiras até 2020.

No que diz respeito ao ciclo de Alfabetização, enquanto no PNAIC, a criança deveria estar alfabetizada até os oito anos, ou seja, no último ano do ciclo inicial, a BNCC altera o tempo para os dois primeiros anos. Tais descrições do documento reforçam a importância da alfabetização e a ação docente com a finalidade de ampliar oportunidades, favorecendo aos discentes a apropriação do sistema de escrita alfabética, que integrado a aquisição da leitura e da escrita encaminha o sujeito ao nível de uso desses instrumentos nas práticas comunicativas e sociais.

Em relação à BNCC, o mesmo constitui um documento de cunho normativo, o qual estabelece direitos de aprendizagem essenciais aos alunos no decorrer de todas as etapas e modalidades do Ensino Básico, sendo referência na orientação e construção do currículo, bem como a formação de professores e produção de recursos didáticos e avaliativos necessários ao desenvolvimento do processo.

No requisito interpretação do texto da Base, muitos autores defendem ser apenas um marco regulatório a mais. Nas palavras de Oliveira, isso se retrata “pelo fato de que no Brasil já existem diretrizes curriculares para os diferentes níveis e modalidades de ensino” (OLIVEIRA, 2017). Analisando tal concepção e relacionando ao que a base significa e o objetivo da mesma, notamos que há uma complementaridade consistente e conteúdos bem especificados para todas as esferas públicas e particulares.

Mas ainda em meio às discussões, há pesquisadores que concebem a base como meio de padronizar o conhecimento, inibindo assim a autonomia dos profissionais da educação. Refletindo melhor todas as percepções, verificamos que é imprescindível a todos os envolvidos no âmbito educacional, estudo aprofundado de todos os conteúdos e habilidades descritas, compreendendo nas entrelinhas o

real objetivo exposto no documento, superando qualquer tipo de imposição ou engessamento governamental.

CAPÍTULO III - MARCO METODOLÓGICO

3.1 Caracterização da Pesquisa

Neste capítulo, discutiremos sobre o processo metodológico dessa pesquisa, buscando deixar nítido como se deu a trajetória desse trabalho. Entendemos que toda pesquisa científica deve ser constituída a partir de uma organização das etapas a serem realizadas. Esta não diferente nasceu a partir das angústias docentes demonstradas nas discursões em formações e até conversas informais entre professores e foi se consolidando pela necessidade de compreender como e de que forma esses subsídios literários influenciava na alfabetização dos educandos.

Na perspectiva de investigarmos o processo de Alfabetização e Letramento a partir do trabalho com poemas e poesias, organizamos os passos como decorre toda pesquisa científica para que a mesma obtenha o seu teor verdadeiro.

Assim, é válido abordar uma razoável descrição das possíveis dificuldades dos docentes no trabalho com poesias e poemas na primeira e segunda série do ciclo de alfabetização, objetivando compreender a importância desses gêneros nas séries iniciais, transformar a prática intervindo no processo de alfabetização e letramento, uma vez que a sociedade hodierna demanda sujeitos polivalentes e críticos que assumam seu papel social e contribuam para uma sociedade mais humana e justa. Dessa forma, a escola como espaço pedagógico e social, necessita cumprir sua responsabilidade, possibilitando ao educando uma nova percepção sobre os gêneros já mencionados na etapa alfabetização e letramento, no município de Serra do Ramalho, Bahia.

Nesta direção, esta pesquisa apresentará um estudo realizado em uma escola da rede municipal de Serra do Ramalho, abordando especificamente a importância do trabalho com poesias e poemas no segundo ano do ciclo inicial de alfabetização nesta unidade escolar. Farão parte dessa investigação professores responsáveis pelas turmas do segundo ano da referida escola municipal, descrevendo o valor da poesia e do poema no ciclo e de que forma vem sendo

trabalhados os gêneros supracitados.

Sendo a leitura um dos subsídios essenciais para atuação na sociedade letrada e também para busca constante de conhecimentos, a mesma deve ser estimulada desde os primeiros anos de vida escolar dos discentes. Assim, o poema e a poesia como gêneros que encantam até a mais tenra idade por se tratar de textos que podem ser musicalizados, devem ser trabalhados neste ciclo e nos demais para que os saberes sejam consolidados a cada etapa.

Nesta direção a ação pedagógica é um instrumento muito importante, bem como a diversidade de texto dentro dos gêneros já citados, propiciando aos alunos a aquisição da leitura e da interpretação, bem como a produção textual com escrita clara e eficaz, favorecendo um desenvolvimento cognitivo consistente e crítico capaz de verificar os fatos da realidade criticamente tomar decisões com responsabilidade social, objetivando melhorias em todo campo de vivências.

É neste sentido, que esta pesquisa contribuirá para compreensão de alguns questionamentos em relação ao trabalho e a importância de poesias e poemas no ciclo de alfabetização e desenvolvimento da leitura e da escrita. Partindo desse objetivo, SAMPIERI (2000), salienta que a pesquisa como uma atividade intelectual, tem intenção determinada com objetivo de responder os questionamentos referentes as necessidades humanas básicas, quais são identificadas pelos sujeitos criando um sentimento de insatisfação constante.

Para Demo (2000, p. 20), “Pesquisa é entendida tanto como procedimento de fabricação do conhecimento, quanto como procedimento de aprendizagem (princípio científico e educativo), sendo parte integrante de todo processo reconstrutivo de conhecimento”.

A partir dessa sensação, a busca pelo aprimoramento dos saberes e melhoria de vida, torna-se uma questão essencial, pois o sentido da vida é continuar aprendendo e transformar o ambiente e a si mesmo, mantendo o equilíbrio e harmonia entre saberes e as demandas sociais.

Com essa compreensão, percebemos que a leitura e a escrita, são instrumentos fundamentais na vida dos indivíduos na sociedade atual, pois é a partir deles que a análise de situações, as interpretações e ações serão consolidadas e o

sujeito mergulhado na diversidades textual, poderá ampliar sua experiência como leitor e adotar tal ato como político e necessários para cidadania.

Nesta direção e considerando o ponto de vista de sua natureza, tal pesquisa abrange aspecto básico visando a produção de novos conhecimentos necessários para o progresso científico, não tendo caráter aplicativo prático antecedente, mas constitui um estudo envolvendo verdades e interesses universais, diferente da pesquisa aplicada, a qual gera saberes para aplicar praticamente a um problema específico e envolve verdades e interesses locais.

Assim, a pesquisa científica como fazer humano objetiva conhecer e explicar as questões que inquietam os indivíduos, possibilitando aos mesmos compreender a natureza dos fenômenos. Mas para que isso aconteça é preciso que o pesquisador faça uso de conhecimentos adquiridos e manuseio cuidadoso dos métodos e técnicas, visando um resultado positivo que atenda suas inquietações. A Pesquisa na concepção de Lakatos e Marconi (2007, p. 157), em menção a Ander-Egg (1978, p. 28), é um “procedimento reflexivo sistemático, controlado e crítico, que permite descobrir novos fatos ou dados, relações ou leis, em qualquer campo do conhecimento.” A instauração desse processo proporciona fornece ao pesquisador uma via para conhecer a realidade ou as verdades por partes. Dessa forma, a pesquisa científica deve seguir passos importantes e adoção de uma metodologia coerente e válida, que contribua significativamente no âmbito social. Como menciona Gil (2007, p. 17), a pesquisa é um:

(...) procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados.

Para SAMPIERI (2010), a pesquisa científica, é fundamental como qualquer tipo de pesquisa, porém constitui-se de aspectos mais precisos, geralmente organizada e realizada de modo mais cuidadoso. Podemos considerar a pesquisa científica como um processo, que relacionado ao significado do vocábulo, é dotado de dinamismo, mutabilidade e evolutivo, o qual se compõe de várias e diferentes

etapas interligadas entre si.

Para tal estudo, utilizaremos a abordagem qualitativa, a qual é explicitada na concepção de Esteban (2010) como:

uma atividade sistemática orientada à compreensão em profundidade de fenômenos educativos e sociais, à transformação de práticas e cenários socioeducativos, à tomada de decisões e também ao descobrimento e desenvolvimento de um corpo organizado de conhecimentos (p. 127).

Nesta concepção, percebemos a importância dessa abordagem para melhor compreensão dos paradigmas que surgem no decorrer do processo de alfabetização, possibilitando ao educador transformar as ações pedagógicas e afetar positiva e diretamente o ensino aprendizagem.

Ainda nesse sentido, adotaremos a pesquisa bibliográfica uma vez que a mesma nos fornecerá informações sobre a temática a luz de estudos realizados anteriormente. Aprofundar-se nos conhecimentos de alguns fenômenos é viável pelo fato de não se cometer algum equívoco em relação a pesquisas já realizadas, sendo que abre-se novas possibilidades de ampliação e compreensão dos saberes adquiridos. Essa situação é identificada por Marconi e Lakatos (2010), como “[...] o reforço paralelo na análise de suas pesquisas ou manipulação de suas informações”.

Percebemos que o estudo bibliográfico favorece a assimilação de fatores e na análise das informações coletas nos proporcionar desvendar algum aspecto ainda não abordado nas pesquisas anteriores.

Dando continuidade a caracterização do tipo de pesquisa, esta é identificada como descritiva, a qual realiza o estudo descrevendo os fenômenos temáticos abordados e as informações observadas, contextualizando-os, ou confrontando a partir de uma análise exploratória, buscando subsídios para explicar os fatores determinantes do problema ou a relação e as consequências dos mesmos no processo.

A esse respeito, Cerro, Bervian e Silva (2007, p. 32), enfatizam que:

[...] a descrição constitui a habilidade de fazer com que o outro veja mentalmente aquilo que o pesquisador observou. Em outras palavras, a descrição deve ser suficientemente precisa para que o interlocutor, ou o leitor, seja capaz de visualizar exatamente aquilo que o pesquisador observou.

No que se refere a organização desse trabalho, o mesmo foi dividido em três partes, sendo elas:

1ª Exploração Documental e Observação.

A primeira ação é considerada imprescindível, uma vez que proporciona ao pesquisador conhecer o campo de pesquisa e todos os documentos e registro da unidade, a saber: Projeto Político Pedagógico e Proposta Educacional par o Ciclo de Alfabetização. Quanto à segunda prática, é essencial, pois permite ao pesquisador obter informações sobre os aspectos da realidade investigada. É interessante abordar essas atividades fundamentando-as no que diz alguns estudiosos. Marconi e Lakatos (2011, p. 276-278) definem da seguinte forma os tipos de observação:

- Observação Sistemática: é estruturada, planejada e controlada, utiliza-se instrumentos para a coleta de dados e realiza-se em condições controladas, não devem ser rígidas ou padronizadas, pois, objetos e objetivos podem ser diferentes.
- Observação não Participante: o pesquisador entra em contato com a realidade estudada, mas não se integra a ela. Apenas participa do fato agindo como um mero espectador.
- Observação individual: é realizada como o próprio nome diz por apenas um pesquisador, projetando-se sobre o observado, fazendo algumas deduções ou distorções. Pode também intensificar a objetividade de suas informações, anotando os eventos reais.
- Observação na vida real: os dados são registrados à medida que ocorrem num ambiente real, sem a obrigação de preparação.

Entendendo tal definição, compreendemos que os tipos de observação adotados na pesquisa se encaixam nas três últimas concepções, uma vez que os mesmos se complementam e consolidam a eficácia e efetividade desse instrumento

utilizado.

2ª Coleta de dados e Sistematização.

Para realização dessa fase, foi necessário o deslocamento do pesquisador até o campo a ser pesquisado, para então implementar as ações propostas no projeto. Nesse âmbito, iniciamos como o estudo documental da Unidade Escolar, o qual pudesse indicar quantitativos de alunos atendidos e docentes em ação, para que a técnica de coleta de informações fosse executada, a qual nesse trabalho será a aplicação de questionário. Após coletada as informações necessária, as mesmas foram sistematizadas descritivamente e analisadas de forma crítica e fundamentadas nos autores selecionados previamente.

3ª Análise de dados.

Nesta etapa analisaremos a produção de dados, os quais foram descritos e agora confrontados e fundamentados, verificando se as hipóteses se confirmam ou não. A partir de discussões e embasamento teórico, poderemos então, elaborar o relatório científico que constará a contribuição dessa pesquisa para o desenvolvimento do processo educacional nas etapas de alfabetização nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, enfatizando a importância dos gêneros abordados nessa trajetória.

3.2 Campo de Pesquisa

Após a apresentação do problema abordado na pesquisa e da exploração do objetivo da investigação, a partir da descrição e análise da importância da poesia e poema na alfabetização e letramento, para melhor compreensão do processo na turma do 2º ano de uma escola no município de Serra do Ramalho, Bahia, adotando como base o modo de investigação misto, predominando os aspectos qualitativos

sob os quantitativos, buscando ampla compreensão do objeto pesquisado.

Neste âmbito, é válido destacar concepções sobre as abordagens supracitadas, para visualizarmos melhor o desenho metodológico desse estudo e compreendermos as questões que nos incomodam no fazer pedagógico e no decorrer no processo de alfabetização e letramento. Visto que, em qualquer abordagem, a pesquisa científica constitui uma importante ferramenta de investigação no desenvolvimento de uma sociedade em todas as áreas existentes. Compreendemos, que por representar um processo contínuo, a pesquisa científica proporciona ao investigador a construção de conhecimentos a respeito de um determinado objeto de estudo.

Entendemos que a pesquisa trata-se de um conjunto de atividades sistematizadas, que proporcionem determinado conhecimento a respeito de um assunto estudado. Assim, para que ela seja reconhecida como científica, é imprescindível organização sistemática para que a mesma trilhe com sucesso, a via de investigação do fenômeno de estudo.

Mediante tal concepção, é necessário estabelecermos critérios, os quais classificará o nível de minudência da pesquisa, determinando se a mesma é exploratória, descritiva, ou explicativa, considerando o ponto de vista dos objetivos que aspiramos.

Neste sentido, a forma de abordagem de determinada problemática, pode ser quantitativa ou qualitativa. Sendo o objetivo da primeira, explicar fatos, a partir de técnicas estatísticas, buscando a precisão nas informações, anulando dos resultados, quaisquer distorções. Já na qualitativa, a qual trata-se de um processo de compreensão do seu objeto de estudo, valendo - se do contato direto com dados, tendo como instrumento principal, o pesquisador.

Segundo Bogdan e Biklen (1982) apud Ludke e André: “a pesquisa qualitativa envolve a obtenção de dados descritivos obtidos no contato direto do pesquisador com a sua situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes” (2003, p.13).

Neste aspecto, as formas mais enfatizadas de uma pesquisa qualitativa podem ser etnográficas ou estudo de caso. Assim, alguns estudiosos alerta para a

utilização etnográfica no âmbito educacional, uma vez, que o uso dessa abordagem deve abranger uma ampla esfera cultural.

Com essa compreensão percebe-se que o cruzamento de informações faz parte de um dos vários estágios da pesquisa qualitativa etnográfica, permitindo, que no processo de investigação, o pesquisador modifique hipóteses e problemas elencados no início da pesquisa.

Em relação ao estudo de caso, tal pesquisa é delimitada e o objeto investigado é específico. Por isso, pesquisadores que optam estudar algo singular, preferem o uso desse instrumento devido suas principais características, das quais podemos destacar: levam à descoberta; possibilita interpretar um contexto; desvela a realidade de forma completa e profunda; permite o uso de várias fontes de informações; mostram vivências de outrem geral e natural; suscita diferentes opiniões nas situações sociais; utiliza-se de discursos acessíveis tendo em vista outros relatos de pesquisa.

Percebe-se com essas diversas características, que apesar de singular, o objeto de estudo, constitui-se algo multidimensional, o qual necessita de diferentes momentos para que seja explorado.

Diante disso, na pesquisa científica qualitativa, o pesquisador deve buscar inter-relação entre informações, dados e situações sociais num patamar bem elevado, visando enriquecer seu trabalho com novos significados e compreensões.

Entende-se que, numa abordagem qualitativa, a pesquisa envolve um conhecimento amplo do objeto de estudo, permitindo ao pesquisador conhecer e compreende – lo, por meio de diversos elementos preciosos sistematizados desde o início da investigação.

Neste aspecto, é necessário um planejamento estruturado, no qual esteja especificado a problemática que almejamos compreender, bem como a abordagem metodológica que utilizaremos para que os objetivos sejam concretizados. Além disso, é imprescindível destacarmos as ideias que fundamentarão a pesquisa, realçando seu teor científico, dando a mesma veracidade de uma investigação qualitativa.

Percebe-se que, a grande importância dos estudos qualitativos, deve-se ao fato de que esses, possibilitam a interação entre a teoria e prática, favorecendo subsídios eficazes para compreensão das complexas situações sociais que angustiam os indivíduos e os estimulam a adotar uma postura de pesquisador eficiente.

No referente a pesquisa quantitativa, a mesma abrange todos os aspectos que pode ser quantificável, ou seja, é a transformação das opiniões e informações em números, para que as mesmas possam ser organizadas e analisadas. Para isso, os pesquisadores fazem uso de recursos e instrumentos estatísticos, como porcentagem e médias, bem como a formulação de hipóteses e inter-relação entre as variáveis, para que os resultados sejam precisos e não haja contradições no momento da análise e interpretação dos dados coletados.

Diante dessa percepção, a pesquisa quantitativa não experimental é caracterizada por SAMPIERI (2010, p.168) pela não manipulação das variáveis, ou os fenômenos tal qual ocorre no contexto natural para depois analisá-lo(...). Assim, entendemos que, a pesquisa deve seguir procedimentos que atentem para a ética, visando a veracidade da mesma.

Diante disso, tal pesquisa terá abordagem qualitativa, a mesma teve início com as observações que foram realizadas em 2018, verificando a concepção docente sobre a importância dos gêneros poesias e poemas na alfabetização e letramento, no segundo ano do Ensino fundamental, numa Escola do Município de Serra do Ramalho, Bahia. O estudo se constituirá num processo o qual objetiva, identificar a relevância das poesias e poemas na alfabetização e letramento, buscando identificar desafios e dificuldades no trabalho pedagógico com esses gêneros no município supracitado.

O trabalho com poesias e poemas na segunda série do ciclo de alfabetização, constitui um tema muito relevante para pesquisa, pois nos inquieta com questões ainda sem respostas consistentes, o que motiva pesquisadores a buscarem novas vias para um trabalho progressivo e satisfatório com um público infantil, inspirando diferentes possibilidades pedagógicas.

É válido destacar que segundo Luis Camargo (2001) a poesia infantil

brasileira, surge oficialmente no final do século XIX, antecedida pelos poemas de cunho familiar, com objetivo de transmitir “educação moral. Notamos que desde o primeiro momento, os gêneros poemas e poesia , nascem com o intuito educativo, e progressivamente alcança um público maior, levando docentes a olhar minuciosamente para os escritos e por sua vez , começar a organizar e planejar aulas que contemplem os gêneros em evidência, como entretenimento e aprendizagem de saberes estruturados.

Neste sentido, CAMARGO (2001, p. 88) diz que “Não são os escritores que querem ampliar seu público, escrevendo também para crianças, mas os professores que começam a organizar e escrever antologias de textos em prosa e verso para utilização como livros de leitura escolar.” Percebemos que a preocupação em possibilitar materiais que contribuam positivamente no desenvolvimento da leitura e escrita, não atinge apenas aos escritores , mas também aos que mediam o processo de alfabetização e letramento.

No que se refere ao desenho metodológico adotado pela investigação esse será descritivo transversal não experimental, o qual consiste na coleta de dados num único momento, realizando num segundo momento a triangulação dos dados, os quais serão interpretados e analisados, visando a obtenção de dos resultados por meio de abordagem metodológica secundária, objetivando obter conclusões, as quais serão validadas nesse processo analítico.

Para tanto, a inter-relação convergente e complementar das informações coletadas e uso do método qualitativo, constituirá a base dessa pesquisa, tornando os resultados confiáveis e fundamentados. Assim, o questionário foi utilizado como técnica de coleta de dados, com perguntas abertas permitindo ao participante ampliar suas respostas, utilizar linguagem própria e respostas pré-estabelecidas sem nenhuma influencia do pesquisador.

A esse respeito, Gil (1999, p.128), destaca que o questionário pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”. Dotado de cunho impríco, o questionário ajuda na obtenção de

informações da realidade pedagógica, dentro do processo educativo de alfabetização e letramento.

3.3. Tipo de Amostra

É válido salientar que a concepção a cerca da importância das poesias e poemas no processo de alfabetização e letramento, se baseia na necessidade de analisarmos como tais gêneros influenciam o público infantil, estimulando o prazer de estar continuamente em contato com os mesmos. Não obstante, ainda leva-nos a refletir sobre as dificuldades enfrentadas pelo professor no ciclo de alfabetização.

Dessa forma, esta pesquisa apresentará um estudo realizado numa escola da rede municipal de ensino de Serra do Ramalho, Bahia. Tal município possui 41 escolas, sendo 6 urbanas e 35 rurais, a maioria oferece Ensino Fundamental, especialmente o Ciclo inicial de Alfabetização, temática abordada nesse estudo.

A escola escolhida, Mariléia Ferreira dos Santos está situada no município de Serra do Ramalho, Agrovila 02, no interior da Bahia. Recebeu este nome em homenagem a uma professora, profissional exemplar que contribuiu para melhoria da educação da comunidade local. Vale salientar que, a preferência para realização dessa pesquisa nesta Unidade Escolar se deu pelo fato do grande número de habitantes ali residente, bem como o enorme fluxo emigração na localidade, possibilitando diferentes alterações no que se refere a diversidade cultural e cognitiva.

A Escola possui 157 crianças matriculadas, tendo estas menos de 10 anos de idade. A mesma foi recentemente registrada e não possui uma infraestrutura adequada, como orienta os Parâmetros de Infraestrutura, contudo, os espaços disponíveis são bem aproveitados contribuindo de maneira significativa para o desenvolvimento pessoal, social e cognitivo das crianças que lá estão inseridas. Funcionando em dois turnos, matutino e vespertino atendendo apenas alunos do 1º ao 3º ano, a unidade de ensino possui 04 salas de aula, 04 banheiros, 01 cantina, 01 sala para depósito, 02 salas para livros, dispõe de 12 funcionários, a

maioria destes comprometido com as suas funções dentro da escola.

Nesta investigação serão ouvidos professores responsáveis pelas turmas do segundo ano, do ciclo inicial de alfabetização, com objetivo de verificar a importância dos poemas e poesias no processo educativo, elencando ainda as dificuldades encontradas pelos mesmos, na mediação pedagógica. Desse modo, compreendemos que os gêneros textuais em evidência constituem – se como recursos poderosos para a concretização do processo de alfabetização e letramento, na fase inicial da Educação básica, os quais podem ser ampliados e utilizados nas etapas seguintes, proporcionando a construção de novos saberes e autonomia para exercer sua cidadania num mundo letrado, fazendo uso da leitura e da escrita nas práticas sociais cotidianas.

Dessa maneira a amostra para a investigação será probabilística, uma vez que, na concepção de SAMPIERI, CALADO e LÚCIO, nesse tipo de amostragem, “todos os elementos da população tem a mesma possibilidade de ser escolhido e são obtidos pela definição das características da população e do tamanho da amostra ou pela seleção aleatória ou mecânica das unidades de análise” (2010, p. 195).

3.4 Instrumento de Coleta de Dados

Os poemas e as poesias sempre estiveram presentes na literatura como meio de entretenimento e formação da cognição, mas com as diversas transformações sociais e as novas demandas da sociedade, esse acervo foi sendo modificado, visando atender o público nas suas especificidades. Neste aspecto, diversos pesquisadores tem demonstrado a importância do prévio contato da criança com os gêneros poéticos, mesmo antes da sua entrada na escola. É evidente que a classe de textos já mencionados, caracterizam um dos subsídios significativo, no que diz respeito ao ato comunicativo e expressivo da palavra.

No referente à pesquisa de campo, esta será constituída por observação descritiva do espaço, utilização de técnica para obtenção dos dados e análise dos mesmos, tomando como base abordagens qualitativas e quantitativas, dando maior

ênfase a primeira, por se tratar de uma proposta descritiva e compreensiva da problemática em questão.

Neste âmbito, adotaremos o questionário como instrumento de coleta de informações para organização dos dados. Na concepção de Gil, o questionário pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.” (1999, p. 128).

Dessa forma, utilizaremos tal subsidio visando obtenção de respostas em relação a importância do trabalho com poesias e poemas no processo de alfabetização, bem como compreender a influencia da prática docente nessa etapa. Para Minayo, “no caso da pesquisa qualitativa, os questionários têm um lugar de complementaridade em relação às técnicas de aprofundamento qualitativo” (2001, p. 268). Com esse entendimento, relacionaremos as respostas dos professores participantes da pesquisa às concepções de alguns autores em relação à temática, objetivando dar consistência científica ao estudo, bem como responder as indagações apresentadas no trabalho.

Para tanto, a técnica do questionário será aplicada em uma amostra com professores do 2º ano do Ensino Básico na escola M.F.S da rede de ensino do município de Serra do Ramalho, Bahia. Para melhor entender a realidade será construída um diário de campo, objetivando registrar as características estruturais do espaço, bem como a formação dos profissionais que atuam nas turmas já citadas.

As informações obtidas serão analisadas e organizadas sendo os dados coletados através dos questionários tabulados e apresentados de forma interpretativas ,com análise conclusiva .Assim, o resultado desse estudo após sistematizado estará disponível a todos os envolvidos , profissionais e especialistas da educação de todo o município interessados em ampliar saberes sobre a temática, visando construir propostas interventivas que proporcionem o desenvolvimento cognitivo e a formação integral dos discentes.

3.5 Procedimentos Metodológicos

No decorrer da investigação, estaremos fundamentados numa abordagem qualitativa, a qual descreve os fatos no decorrer do processo enfatizando os elementos constituintes na realidade estudada. Para Minayo (2007, p. 174), a pesquisa qualitativa caracteriza-se como uma “pesquisa de cunho compreensivo”. Neste sentido, faz-se necessário atentar-se para as concepções de alguns autores, relacionando seus conhecimentos aos vários elementos percebidos no contexto pesquisado, considerando-os relevantes no desenvolvimento do trabalho e veracidade dos fatos.

Compreendemos que uma pesquisa de base qualitativa “envolve o uso de dados qualitativos, tais como entrevistas, documentos e dados de observação participante, para a compreensão e explicação dos fenômenos” (Dias, 2009, p. 32). Assim, a interação entre os dados coletados, a análise documentais e fatos observados são extremamente importantes para interpretação da problemática e compreensão do objeto investigado.

Na concepção Minayo “os estudos qualitativos também possibilitam construir teorias, reformulá-las, refocalizá-las ou clarificá-las [...]” (2007, p. 181). Percebemos que, neste tipo de abordagem, a adoção da flexibilidade é um aspecto que possibilita ao pesquisador um entendimento mais amplo dos fatos estudados, proporcionando redimensionar a percepção a respeito da temática pesquisada, bem como maior compreensão da mesma.

Nesta direção, o método da pesquisa qualitativa permite ao pesquisador compreender o objeto de estudo, ampliando sua visão interpretativa dos dados obtidos. Com essa visão, Marconi e Lakatos enfatizam que “tanto os métodos quanto as técnicas devem adequar-se ao problema a ser estudado, às hipóteses levantadas que se queria confirmar, e ao tipo de informantes com que se vai entrar em contato” (2007, p. 33).

Considerando essa compreensão, adotaremos estatísticas descritiva inferencial, a qual visa compreender as questões analisadas, a forma como composta e os aspectos e etapas que constitui todo o processo ou dele faz parte,

dando ao pesquisador elementos para interpretar e compreender a realidade educativa e social. A respeito da pesquisa descritiva, percebemos que a mesma é caracterizada por seu caráter exploratório, o qual permite compreender o fenômeno e elaborar propostas para atuação na prática. Como descreve Gil a pesquisa descritiva “tem como objetivo primordial a descrição das características de determinadas população ou fenômeno ou, então o estabelecimento de relações entre as variáveis”. (Gil, 1999, p.46).

O uso da abordagem qualitativa se dará a partir das informações que após interpretadas e analisadas serão fundamentadas em alguns autores considerando como instrumento de coleta de dados, os questionários aplicados na pesquisa de campo, com perguntas abertas, permitindo que o participante exponha suas concepções sobre as questões considerando a liberdade de expressão escrita. A aplicabilidade da pesquisa qualitativa, requer ainda operacionalização e a mensuração dos dados, bem como a inter-relação das concepções dos pesquisados sobre a problemática, associando essas aos objetivos propostos e suas variáveis.

Desta forma decidimos adotar nessa pesquisa procedimentos que sejam adequados com as necessidades e que sejam passíveis de adequações ao longo da investigação, levando em consideração os aspectos específicos e as situações encontradas no momento da avaliação estatística. Assim, foi traçado um plano de pesquisa visando o atendimento das demandas relacionadas aos objetivos desse estudo, enfatizando a abordagem qualitativa, sendo a mesma conveniente as atividades planejadas, aos procedimentos de coleta e análise dos dados, permitindo proximidade com a realidade perceptível, que de acordo a concepção de SAMPIERI, tal abordagem vai, “atentar explicar e prevê os fenômenos investigados buscando regularidades e relações casuais entre elementos, teorias que explicam e prevê o fenômeno. (SAMPIERI, COLLADO e LÚCIO. 2010. p. 26).

É interessante lembrar que o caráter descritivo da pesquisa, tem como objetivo explicar minuciosamente as características fundamentais dos fatos estudados. Neste sentido, este estudo terá início com a exploração de alguns aspectos conceituais, seguindo para descrição estrutural do campo de pesquisa e verificação das informações coletadas, perfazendo uma interação com as variáveis,

para compreensão da importância dos poemas e poesias na alfabetização e letramento, assim como, as dificuldades do professor na atividade docente do segundo ano do ensino fundamental.

A pesquisa adotará o tipo transversal para transcrição dos dados, atentando para exploração dos objetivos e a descrição dos resultados, destacando as características específicas do fenômeno investigado, bem como os aspectos surgidos no decorrer do estudo, possibilitando melhor compreensão das variáveis abordadas. Desse modo, descrever concepções, relacionando características peculiares ou surgidas ao longo da investigação em determinadas situações e contexto, faz com que o desenvolvimento da pesquisa seja positivo e o resultado composto de veracidade.

CAPÍTULO IV - MARCO ANALÍTICO

4.1. Análise dos Resultados

Esta pesquisa constitui caráter descritivo, o qual permite explorar e descrever aspectos peculiares de um determinado público investigado, levando em conta a temática analisada no processo. A execução do estudo se dará com a descrição das ponderações em relação ao fenômeno em discussão, abordando a relação das concepções teóricas com as variáveis e as informações adquiridas na pesquisa de campo.

Nesta direção, o desenvolvimento do marco analítico, terá fundamentação nas concepções de pesquisa explicitado por SAMPIERI (2013), COLLADO (2013) e LÚCIO (2013), bem como GIL (2008), MINAYO (2007) e LAKATOS (2010), favorecendo uma inter-relação no referente a todas as etapas do processo e uma análise minuciosa dos dados, interpretação, classificação e codificação, adequando os procedimentos necessários no decorrer da atividade analítica.

Partindo desse entendimento, é necessário explicitar a importância da reflexão sobre a fase inicial a qual denominada observação, as características específicas espaciais, as concepções em relação ao fenômeno estudado e a relação de todos os aspectos com as considerações percebidas nos últimos dados.

Dessa forma, a importância dos gêneros em evidência no processo de alfabetização e letramento, na visão prévia da sua definição pode ser classificada como simples, uma vez que, com a busca de conhecimento a respeito desse significado e dos resultados da atividade docente, os indivíduos ampliam seus saberes, modificam o comportamento, elaborando propostas que viabilizem o processo ensino aprendizagem. Ressaltar, que a sala de aula, como espaço heterogêneo, o educador necessita compreender as distintas formas do educando produzir conhecimentos, pois envolve momentos diferenciados entre os indivíduos que do ambiente faz parte.

Assim, compreender as fases do desenvolvimento da escrita e o uso contínuo

da leitura de poesias e poemas, é uma necessidade no processo pedagógico, pois o mesmo é marcado por várias dificuldades que levam o professor a fazer modificações e adaptações necessárias, objetivando o desenvolvimento dos seus alunos, visto que , a leitura e a escrita, na sociedade atual constitui um subsidio essencial para a transformação pessoal, social e ambiental, formando cidadãos ativos e comprometidos com o bem social.

Dessa forma, o marco analítico estará explicitando a importância do trabalho com os gêneros poesias e poemas, no segundo ano do ciclo de alfabetização numa escola do município de Serra do Ramalho, Bahia. Para tanto, foi realizada observações da estrutura física da unidade escolar; quantitativo de aluno atendidos nas turmas e a concepção dos educadores em relação ao trabalho com os gêneros já mencionados. Para a ultima atividade, foi aplicado um questionário, objetivando obter as informações necessárias para análise, interpretação e apresentação dos dados por meio de tabelas, fundamentados teoricamente e com instrumentos metodológicos adequados à pesquisa.

4.1.1 Informações Adicionais do Público Investigado

O público questionado trata-se de professores atuantes no segundo ano do ciclo inicial de alfabetização, lotados na escola M.F.S, numa das comunidades do município de Serra do Ramalho, Bahia. A unidade escolar possui três turmas da série citada, sendo duas no turno matutino e uma no vespertino. Conta com a mediação de quatro professores, levando em consideração PORTARIA Nº 02/2018 DE 31 DE JANEIRO DE 2018, a qual dispõe sobre as normas para a distribuição da carga horária dos docentes da Rede Municipal de Ensino do Município supracitado.

Tal documento considera o disposto no § 4º do artigo 2º da Lei federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008, a qual explicita a composição da jornada de trabalho docente dos professores, respeitando o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desenvolvimento pedagógico com os educandos, e, 1/3 (um terço) destinadas a atividades extraclasse. Compõe também esse marco regulatório o

parecer de nº 18/2012 do Conselho Nacional de Educação/ Câmara da Educação Básica – CNE/CEB – Aprovado em 02/10/2012. Publicado no Diário Oficial da União de 1º/08/2013, Seção 1, pg. 17; e o Decreto Municipal nº.011/2018 que “Dispõe sobre as normas para a

Lotação e cumprimento da carga horária dos docentes da Rede Municipal de Ensino do município.

No referente a distribuição da carga horária dos docentes a PORTARIA Nº 02/2018 DE 31 DE JANEIRO DE 2018, no parágrafo único ressalta que nos anos iniciais do Ensino Fundamental contarão com no máximo dois professores, sendo um professor regente um professor assistente. O DECRETO MUNICIPAL Nº 011/2018 DE 31 DE JANEIRO DE 2018, explicita no Art. 5º, § 1º Professor Regente como responsável pelos componentes curriculares Português, Matemática, História, perfazendo o total de 13 aulas de 60 minutos cada uma; § 2º Professor Assistente como responsável pelos demais componentes, Artes, Educação Física, Ciências, Geografia, Ensino Religioso, totalizando 14 aulas de 60 minutos cada uma.

Nas turmas pesquisadas foram convidados todos os professores das referidas turmas para participar da resolução das questões, sendo três professores regentes e uma assistente. Nos primeiros encontros todos concordaram em participar da investigação, porém, por motivo de consternação, um profissional não pode participar. Assim, os três pesquisados foram denominados P1, P2 e P3 respectivamente, resguardando a identidade dos mesmos. Desse modo, analisaremos em seguida, as informações dadas aos questionamentos realizados.

4.1.2 Interpretação das Questões e Ideias Conclusivas

A primeira pergunta da amostra, direcionada aos professores sobre a importância dos gêneros textuais poesias e poemas no processo de alfabetização e letramento. A resposta do P1, levou em consideração o desenvolvimento de habilidades de leitura e escrita, quando enfatizou que: “Colabora com o processo de alfabetização, além de desenvolver as habilidades de leitura e

escrita”(P1).Percebemos que, na fala do docente, os gêneros em evidencia proporciona um desenvolvimento cognitivo no referente a aquisição da leitura e da escrita, relacionando tal concepção a de Silva (2007, p. 23), quando concebe a alfabetização como as práticas de aprendizagens da leitura e da escrita pelo discente de maneira individual ,caracterizando uma atividade pedagógica escolarizada. Esse entendimento é reforçado por Smolka (1988, p. 50), quando fala que a alfabetização , na escola “reduz-se a um processo, individualista e solitário”. Entende-se que alfabetização no sentido de escolarizar, torna o ensino simplista, papel da escola exigido ainda no início do século XIX. Atualmente, o contexto e as situações atuais requerem dos indivíduos, muito além da codificação e decodificação, uma vez que tais exercícios constitui a primeira etapa do processo de sistematização do conhecimento, passo fundamental para chegar no patamar de letramento.

Para tanto é necessário que o educador, não se contente apenas com a técnica de ler e escrever, pois tais exercícios sem um significado social compõe um ciclo que prejudica gravemente o avanço do sujeito na busca de novos saberes e interação social, assim como a concretização do nível de letramento aceitável as exigências atuais. Neste âmbito, SMOLKA enfatiza que tal patamar de letramento como:

[...] usar, fazer funcionar a escrita como interação e interlocução na sala de aula, experienciando a linguagem nas suas várias possibilidades. No movimento das interações sociais e nos momentos das interlocuções, a linguagem se cria, se transforma, se constrói, como conhecimento humano. (SMOLKA, 1988, p. 45).

Com essa compreensão, fica evidente que a leitura e a escrita só atinge seu significado social, quando as mesmas são utilizadas continuamente, não apenas como via para comunicação e expressão, mas como busca de soluções e transformação social.

A resposta descrita por P2, a pergunta já mencionada, foi “é muito importante pois o aluno poderá desenvolver habilidades de leitura e de escrita.” Percebemos que a importância dos gêneros poesias e poemas ,na visão do segundo individuo

pesquisado, ainda está voltada, para o processo de aquisição da leitura e da escrita ,como um dos passos principais para construção e ampliação de novas habilidades e competências essenciais para alcançar o nível de letramento.

Nesta direção, é imprescindível um trabalho que aborde continuamente textos diversos e possibilite aos educandos interagir com os mesmos, estimulando o pensamento sobre a língua a partir de situações que os desfiem a transformar os informes em conhecimentos significativos. Assim, compreende-se que a leitura e a escrita são instrumentos indissociáveis, pois requer decodificação para entender e codificação para expressar o que foi compreendido. De maneira mais ampla, Freire ressalta que “a leitura de mundo precede a leitura da palavra” (FREIRE,2009, p.11), nos fazendo conceber que para compreender o que foi lido, o sujeito com suas experiências precisa conhecer os fatos surgidos no seu universo real.

P3 declara que “os gêneros textuais são estratégias que permitem trabalhar a realidade do aluno. São elementos que facilitam a aprendizagem”. Verificamos que as utilizações desses gêneros facilitam o processo de aquisição da leitura e da escrita, pois os mesmos possuem aspectos que despertam no aluno o desejo de ler e caracterizá-lo, uma vez que trata-se de textos de fácil memorização que facilitam novas formas de concebê-lo como recitação e o canto. Assim, na leitura literária,

a ação do leitor constitui predominantemente uma prática cultural de natureza artística, estabelecendo com o texto lido uma interação prazerosa. O gosto da leitura acompanha seu desenvolvimento, sem que outros objetivos sejam vivenciados como mais importantes, embora possam também existir (PAULINO, 2014, p. 177).

Fazer uso desses instrumentos favorece o processo de alfabetização e amplia as habilidades dos alunos permitindo aos mesmos desenvolver diferentes competências relacionados a alfabetização e ao letramento

Ao serem questionados sobre a existência de algum programa que incentiva e fortalece o uso dos gêneros poesias e poemas e outros, no processo de alfabetização, os participantes se posicionaram diretamente justificando as respostas. P1, mencionou a existência de “Projeto de leitura, Projeto de músicas,

entre outros. “Fica evidente que, o trabalho pedagógico por meio de projetos, faz parte de uma das metodologias adotadas na escola, estando estas fundamentadas nos objetivos principais do processo de alfabetização e letramento, considerando todo o percurso e tempos necessários para o desenvolvimento da leitura e da escrita.

Com essa compreensão, deve relacionar o trabalho com projeto, com o que Barbosa enfatiza, ao expressar que:

Os projetos demandam a criação de uma escuta atenta e de um olhar perspicaz, isto é, uma desenvolvida capacidade de observar, de escutar do docente para ver o que está circulando no grupo, quais os fragmentos que estão vindo à tona, quais os interesses e as necessidades do grupo. É preciso ainda conhecer e registrar os modos como cada criança se envolve e participa na construção dos conhecimentos propostos em um projeto. Essa observação é permeada pela subjetividade do educador, pois observar não é perceber a realidade, mas sim construir uma realidade. A análise dos registros ajuda a interpretar as mensagens que estão dando sentido para as crianças e significado para a vida do grupo. A pedagogia de projetos também possibilita tratar o trabalho docente como atividade dinâmica e não repetitiva. (BARBOSA, 2008, p.85).

Percebo que, além de estimular a autonomia dos alunos, ao trabalhar com projetos, o professor proporciona o desenvolvimento de diferentes áreas do conhecimento, a construção de saberes inter e multidisciplinares, bem como o acompanhamento avaliativo do processo de aprendizagem mediante atividades lúdicas e prazerosas.

Analisando a resposta de P2, que mencionou “sim. O momento deleite é usado para incentivar as crianças a gostarem de todo tipo de gênero textual.” Nota-se que, o incentivo á leitura é uma prática permanente e diária, a qual possibilita ao discente o contato contínuo com os textos escritos. O “momento deleite” citado pela P2, faz parte de uma das atividades propostas pelo PNAIC, a qual pode ser desenvolvida pelos alunos, individual ou coletivamente, ou pelo professor. A leitura nesse momento pode assumir uma forma de fruição, entretenimento, prazer, compreensão e ampliação das habilidades linguísticas. Em relação ao último aspecto mencionado Seal destaca que, “além do deleite, o exercício individual da

leitura propicia (...) o aprimoramento de estratégias de compreensão do que está sendo lido” (SEAL,2012, p. 25). Assim, o exercício da leitura pode abranger apenas um trecho de um texto; um poema, uma poesia; um conto, ou até mesmo um livro pertencente a literatura disponibilizada pelo programa.

A resposta de P3, à mesma pergunta, foi: “o Pacto? Pnaic. Nas formações do Programa há um incentivo para que o professor utilize desses recursos diariamente”. Compreendemos que, o incentivo à leitura no ciclo de alfabetização, advém das ações previstas pelo Pnaic, as quais compreendem os eixos de atuação, descritos no artigo 6º da portaria 867/2012, sendo: 1-Formação continuada de professores alfabetizadores e seus orientadores de estudo; 2-Materiais didáticos, obras literárias, obras de apoio pedagógico, jogos e tecnologias educacionais; 3-Avaliações sistemáticas; 4-Gestão, controle social e mobilização.

Neste âmbito, fica evidente que a formação continuada é uma ferramenta importante para o aperfeiçoamento pedagógico e aprimoramento da prática educativa, uma vez que, tal formação, de acordo os documentos de orientação, possibilita a observação, a curiosidade, o diálogo, o respeito mútuo, a mediação de saberes, a reflexão da prática pedagógica, visando a legitimação do professor como promotor de saberes no seu campo laboral.

Assim, a pactuação do município e adesão ao programa, oportunizou aos professores alfabetizadores ampliar seus conhecimentos, adotar dinâmicas pedagógicas, construir um planejamento mais consistente, melhorar as metodologias e a condução das aulas e refletir sobre as concepções de alfabetização e as práticas alfabetizadoras, relacionando às experiências e a troca das mesmas.

Passando a pergunta 4: Qual a metodologia utilizada normalmente para trabalhar poesia e poema na alfabetização e letramento? P1, respondeu que “através do projeto de leitura, mostrar aos alunos a importância de uma boa leitura para seu desenvolvimento individual e coletivo.” Nota-se que, mais uma vez, o trabalho a partir de projeto é enfatizado no processo de alfabetização, contribuindo de forma significativa na formação de leitores. É válido destacar que processo de ensino aprendizagem, mediados por meio, de projeto, proporciona aos indivíduos

envolvidos a socialização de saberes e a cooperação na estruturação de futuros conhecimentos.

Nesta perspectiva, o professor como articulador do processo, deve promover a inter-relação entre as diferentes áreas de conhecimento, ou seja, a interdisciplinaridade. Como ressalta Almeida,

(...) o projeto rompe com as fronteiras disciplinares, tornando-as permeáveis na ação de articular diferentes áreas de conhecimento, mobilizadas na investigação de problemáticas e situações da realidade. Isso não significa abandonar as disciplinas, mas integrá-las no desenvolvimento das investigações, aprofundando-as verticalmente em sua própria identidade, ao mesmo tempo, que estabelecem articulações horizontais numa relação de reciprocidade entre elas, a qual tem como pano de fundo a unicidade do conhecimento em construção (ALMEIDA, 2002, p.58).

Com essa concepção, entende-se que, o fazer pedagógico a partir de projetos não se detém apenas a uma disciplina específica, mas interage com todas as demais, abordando e constituindo saberes mais amplos, sendo um conteúdo complementar ao outro, possibilitando a aquisição de conhecimentos significativos.

P2, para o mesmo questionamento fala “acredito que o professor não precisa de um método específico, ele faz seu próprio método, usando a experiência e muita criatividade. Então, não há uma receita ou método pronto visando o trabalho com poesias e poemas. O educador, por meio da sua experiência e observação, identifica as necessidades dos discentes em relação ao processo de alfabetização e constrói seu plano de ação com vistas a sanar as dificuldades.

A esse respeito, vai além da experiência e dos conhecimentos curriculares e práticos pedagógicos, o professor é dotado de saber plural, assimilado na formação profissional, bem como na experiência cotidiana. Como diz Tardif,

A experiência provoca, assim, um efeito de retomada crítica (retroalimentação) dos saberes adquiridos antes ou fora da prática profissional. Ela filtra e seleciona os outros saberes, permitindo assim aos professores reverem seus saberes, julgá-los e avaliá-los e, portanto, objetivar um saber formado de todos os saberes retraduzidos e submetidos ao processo de validação constituído pela prática cotidiana. (TARDIF, 2010, p.53).

Assim, é percebível que a integração dos saberes pedagógicos à experiência cotidiana na sala de aula, permite que o professor avalie todo o percurso de alfabetização, refletindo prática e metodologias desenvolvidas, permitindo a estruturação de novo planejamento condizente e que atenda as perspectivas discentes.

A resposta de P3, a questão já citada diz, “a exposição do gênero no cartaz ou quadro, leitura coletiva e individual, reprodução do poema e recitação, destaque das palavras, busca no dicionário...”. É notável que a busca pelo trabalho dinâmico regado de ludicidade tem sido uma estratégia cotidiana dos docentes na escola pesquisada. Uma vez que, são diferentes forma utilizadas para exploração dos gêneros textuais evidenciados, objetivando estimular o interesse dos alunos pela leitura, reconhecimento dos aspectos estruturais do texto, bem como compreender o conteúdo abordado nas suas entrelinhas.

Nesta direção, Ferreira diz que:

O processo ensino-aprendizagem em sala de aula exige cada vez mais dedicação por parte do professor para que a temática abordada seja tratada de uma forma dinâmica, eficiente e motivadora. Hoje o ensino em contexto escolar não deve estar confinado apenas ao livro didático, pois o uso exclusivo do manual escolar não permite que o aluno compreenda de forma clara as dinâmicas que perpassam os diferentes conteúdos ministrados (FERREIRA, 2010, p. 16).

Atualmente, utilizar apenas o livro didático ou de literatura como recurso didático, nos faz cair na monotonia das aulas expositivas, em que o discente está propenso a se tornar agente passivo no processo. Portanto, tomar posse e utilizar diferentes suportes pedagógicos para motivação dos indivíduos e abordagem dinâmica do conteúdo, favorece uma prática pedagógica eficiente e significativa.

Na 5 pergunta: De que forma podemos inovar a prática pedagógica e modificar a metodologia, trabalhando os gêneros poemas e poesias? P1, expressa-se, “Cabe ao educador buscar novas práticas, deixando de lado as que não deram certo e continuando com as que deram resultados.” A partir dessa declaração,

notamos que a reflexão do fazer pedagógico é uma atividade constante no espaço escolar, pois possibilita ao professor modificar as metodologias, por meio da reestruturação do planejamento e análise da práxis.

Assim, pode-se relacionar tal compreensão sobre a prática pedagógica com a concepção de Tardif, quando coloca que:

a prática pode ser vista como um processo de aprendizagem através do qual os professores retraduzem sua formação e a adaptam à profissão, eliminando o que lhes parece inutilmente abstrato ou sem relações com a realidade vivida e conservando o que pode servir-lhes de uma maneira ou de outra. (TARDIF, 2002, p. 53).

Com tal entendimento, considera-se importante a aquisição de saberes relacionados a prática pedagógica construídos no percurso de formação, como também a tradução de tais conhecimentos na prática, que continuamente vão adquirindo consistência, mas que no processo de reflexão da práxis, todo trabalho docente é reestruturado visando atender as necessidades educativas.

A esse mesmo questionamento, P2 responde que, “Inovar é essencial, contudo é muito além de simplesmente incluir tecnologia no dia- a- dia dos estudantes.” Percebe-se na fala do participante da pesquisa, que a inovação não está apenas no uso das novas tecnologias, mas também na ênfase do tratamento que se dar ao conteúdo trabalhado. A utilização dos recursos tecnológicos, não podem subtrair o interesse do educando de participar dos momentos de escrita de textos, leitura coletiva e individual e o contato direto com a escrita cursiva. Porém, é preciso compreender que estamos inseridos numa sociedade informatizada e que as informações chegam até as pessoas muito rapidamente. Assim, é notório que nossas crianças e adolescentes estão bem mais familiarizados com as novas tecnologias do que os adultos, além de desenvolver habilidades com tais recursos, compreendem e processam mais rapidamente as múltiplas informações do que pessoas mais maduras.

Nesta direção, cabe ao professor buscar meios mais dinâmicos e eficazes e capazes despertar o interesse dos discentes para a construção de novas estruturas cognitivas que os proporcionem o uso das diversas linguagens comunicativas.

Fazendo isso, o professor estará cumprindo seu papel social no que se refere a inserção das novas tecnologias no processo ensino aprendizagem. Assim ao descrever o novo profissional rodeado de aparatos tecnológicos, Moran enfatiza “integrará melhor as tecnologias com a afetividade, o humanismo e a ética. Será um professor mais criativo, experimentador, orientador de processos de aprendizagem [...]” (MORAN, 2005).

A resposta de P3 á pergunta 5 foi, “Uma maneira poderia ser, apresentar vídeos das poesias sendo (citados), declamados por diferentes pessoas, ou dramatizar os poemas...” Fica evidente que esse profissional, assim como os demais, também busca constantemente formas de trabalhar e desenvolver dinamicamente o estudo com os gêneros abordados. Percebemos a promoção de metodologias, como um grande desafio a ser superado, uma vez devemos adotar aquelas que atendam as diferentes maneiras do aluno desenvolver habilidades na escrita e na leitura e ainda corresponder com as especificidades, respeitando ainda seu tempo e o contexto sociocultural dos indivíduos inseridos no processo.

A esse respeito, Mendonça enfatiza que:

[...] não há nada mais “insosso” do que atividades de compreensão de texto padronizadas, que se pretende aplicar a qualquer gênero e independem dos objetivos pedagógicos. É preciso, portanto, ensinar a usar estratégias de leitura distintas e a focar aspectos distintos para análise linguística, de acordo com o gênero e sua função social. (MENDONÇA, 2007, p. 54).

Com essa concepção, entende-se que o professor não é apenas um transmissor de saberes ou incentivador da busca pelo conhecimento, ele precisa ser além de mediador um constante pesquisador e promotor da construção de aprendizagem significativa.

Na pergunta 6, questiono aos professores: Tem alguma metodologia específica para melhor abordagem desses gêneros?

P1 destaca, “Suponha-se que aquela que aplicada e surtiu efeito satisfatório, seja a mais indicada para aplicar em sala de aula.” Compreende assim que, a experiência, integrada a teoria e a prática, proporciona ao educador, utilizar os

procedimentos metodológicos que evidenciaram maior desenvolvimento dos educandos. Neste sentido, relaciona-se esse entendimento a percepção de Castanheira, Maciel e Martins (2009, p. 32), quando explica que “o modo como o professor conduz o seu trabalho é crucial para que a criança construa o conhecimento sobre o objeto escrito e adquira certas habilidades que lhe permitirão o uso efetivo do ler e do escrever”. Assim, a progressão na construção do conhecimento e progressão da aprendizagem, também envolve o uso alguns procedimentos metodológicos, bem como a condução pedagógica do estudo.

Analisando a descrição de P2, que enfatiza: “Não, cada educador tem seu método de abordar cada tipo de gênero. Seja caracterizado ou não”. Verifiquei uma certa semelhança nas resposta dos pesquisados, pois é perceptível que todos sempre buscam a metodologia de acordo com o objeto de estudo e o nível de aprendizagem da turma. Ou seja, devido a heterogeneidade das turmas, ao trabalhar com os gêneros poesias e poemas, cada educador faz uso de cartazes, declamações, canto, dramatização e ainda leitura coletiva e individual, complementando o ciclo do trabalho com a escrita do texto trabalhado.

Tais procedimentos se desenvolve devido a formação do programa Pacto/Pnaic, o qual reforça a articulação do uso de diferentes recursos e materiais disponibilizados, os quais quando associados as reflexões e saberes construídos nas formações, possibilita ao professor melhor organização das ações, envolvendo processos como avaliar, planejar, gerir conhecimentos teóricos, desenvolvimento da práxis.

É importante frisar, que a transformação no campo educacional não se fará apenas com o fazer pedagógico, mas esta deve estar constantemente associada a reflexões sobre os aspectos estruturais, financeiros, culturais e sociais, os quais interferem diretamente na consolidação de uma educação de qualidade.

Na mesma questão, P3 responde que, “depende do nível de cada turma, mas creio que a melhor forma é a leitura em diferentes tons e recriação de obras”. Evidencia-se na resposta que tal profissional, preza pela ação diagnóstica do nível de conhecimento da turma. Vale ressaltar que,

[...] as hipóteses elaboradas pelas crianças em seu processo de construção de conhecimento não são idênticas em uma mesma faixa etária, porque dependem do grau de letramento de seu ambiente social, ou seja, da importância que tem a escrita no meio em que vivem e das práticas sociais de leitura e escrita que podem presenciar e participar (REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL, 1998, p. 128).

Entendemos que a etapa de diagnóstico, é essencial para o planejamento da ação na sala de aula. Pois é a partir desse momento que o professor poderá decidir que metodologia utilizará no desenvolvimento do trabalho, a qual deverá atender a necessidades dos alunos, favorecendo o avanço em relação ao seu nível inicial.

A pergunta 7: Quais os principais desafios docentes, ao se trabalhar com poemas e poesias nesse processo? P1 responde, “fazer com que a criança além de criar gosto pela leitura saiba diferenciá-los”. Dessa forma, é imprescindível explorar com o aluno o conceito desses gêneros, visando a compreensão, bem como o reconhecimento das características estruturais dos mesmos. Neste sentido, Goldstein apud ALTENFELDER e ARMELIN, faz uma breve descrição, distinguindo poema e poesia enfatizando que:

O poema é um texto “marcado por recursos sonoros e rítmicos. Geralmente o poema permite outras leituras, além da linear”, pois sua organização sugere ao leitor a associação de palavras ou expressões “posicionadas estrategicamente no texto”. A poesia está presente no poema, assim como em outras obras de arte, “que, como o poema, convidam o leitor/espectador/ouvinte a retornar à obra mais de uma vez, desvendando as pistas que ela apresenta para a interpretação de seus sentidos” (Goldstein, 2006, apud ALTENFELDER e ARMELIN, 2010, p.22)

Refletir sobre o conceito dos gêneros textuais abordados, possibilita ao educando melhor compreensão do objeto estudado, propiciando o reconhecimento dos aspectos estruturais que constitui todo corpo textual, reforçando o que enfatiza Cosson (2014) no que diz respeito a importância do percurso escolar e a aproximação do indivíduo com o texto literário, objetivando explorar a forma composicional dos mesmos, seu estilo e suas características linguísticas, como efeitos e construção de sentido.

Agindo assim, o professor estará estimulando seu aluno a ter maior contato

com os escritos poéticos, levando-os a perceber que um poema pode ser transformado numa poesia de acordo suas características temáticas, ou da maneira como abordamos e damos sentido esse texto escrito.

Analisando a expressão de P2 que diz “Primeiramente, chamar atenção das crianças para o momento, em seguida, fazer com que todos mergulhem no mundo da fantasia.” Notamos que, há previamente toda uma preparação de estímulo para que os alunos demonstrem interesse pelo que sequentemente será trabalhado pelo docente. Podemos relacionar tal atitude com o momento deleite (o qual foi discutido anteriormente), ação que tem por objetivo despertar nos educandos o gosto pela leitura e envolvimento pelo que está sendo explorado. Apesar de se tratar de uma atividade que pode ser realizada a qualquer momento da aula, alguns educadores preferem realizá-la no início de qualquer exercício, configurando a leitura deleite como uma leitura – fruição como argumenta Leal e Albuquerque:

Envolver a leitura de um texto por dia ou contemplar a leitura de um livro maior, lido um pouco a cada dia. É importante, também, que o leitor – professor ou aluno – conheça o texto a ser lido e se prepare para a leitura de modo a poder envolver os alunos nessa atividade (LEAL; ALBUQUERQUE, 2010, p. 101).

Assim, ao analisar a fala de P2, relacionando a concepção acima mencionada, percebe-se a importância da prévia preparação dos alunos ao entrar em contato com gêneros literários, especialmente a poesia e o poema.

A P3, nesta questão optou por não responder a questão 7. Assim, passaremos a interpretação e discussão das respostas do questionamento 8.

Nesta questão, foi explicitado: Quais as maiores dificuldades encontradas pelos professores alfabetizadores, que utilizam os gêneros já abordados, como um dos meios de alfabetização e letramento, P1 respondeu: “Fazer com que a turma esteja num nível satisfatório de conhecimento, onde trabalhamos com turmas de três a quatro níveis de conhecimentos.” Nesta direção, nota-se a heterogeneidade da turma, demonstrada na fala da pessoa pesquisada. Assim, é válido destacar, que os níveis a que se refere a fala, são os níveis de escrita estudados e denominados por Emília Ferreiro (ANO), os quais faz – se necessário mencioná-los para melhor

compreensão da análise. Lembrando que a pesquisa da autora, objetivou o estudo das características evolutivas das crianças em relação a aquisição da leitura e da escrita.

O primeiro nível, refere-se a hipótese pré-silábica onde a criança faz uso de figuras, riscos e outros elementos gráficos, para representar a escrita ou objetos, fazendo das “garatujas” seu modo de escrever. Nesta fase, a criança desconhece os sons convencionais das letras, não percebendo a relação entre som e letras.

O segundo nível hipotético é o intermediário em que a criança começa distinguir números de letras e relacionar a escrita com as imagens. Nessa fase ela conhece várias letras, mas tem dificuldades em utilizá-las convencionalmente, principalmente em sentença sequenciada, não identificando a relação entre a quantidade de letras que compõe uma determinada palavra.

No terceiro nível denominado Silábico, a criança percebe a possível relação entre a palavra e a quantidade de sílabas falada, fazendo correspondência da fala com a escrita, não discriminando a quantidade de letra para escrever palavras, mantendo a ideia de que o tamanho do objeto será o tamanho da palavra.

O quarto nível é o Silábico-Alfabético onde a criança ao ser estimulada a escrever as palavras, utiliza somente vogais ou consoantes, tornando a escrita ilegível, o que ao longo do processo vai construindo significado devido sua própria atividade cognitiva. Já no último nível denominado Alfabético, a criança ainda não domina a ortografia, mas estabelece a relação entre fonema e grafema, compreendendo o valor sonoro de quase todas as letras.

Com essa revisão dos níveis hipotéticos da leitura e da escrita, notamos o quanto é importante identificar no ciclo de alfabetização as características desse processo, uma vez que, é a partir desse reconhecimento que o professor irá estruturar um planejamento visando atender cada nível de desenvolvimento do educando. Consideramos que o aluno para aprender ler e escrever deve estar em contato permanente com essas práticas, enquanto o professor exerce sua função de mediador entre a criança e os conteúdos a serem estudados.

Ainda em análise a questão 8, a resposta de P2 foi: “Fazer com que as crianças vivenciem o momento e entender o real objetivo do gênero.” Nesta direção,

observa-se que as dificuldades no ensino e aprendizagem de leitura e da escrita são evidentes, porém ao educador cabe buscar instrumentos necessários e condizente ao desenvolvimento dos alunos. Para tanto, é imprescindível, adotar procedimentos que proporcionem ao educando encantamento pela leitura, especificamente, a poesia e o poema. Diante de tantas barreiras, que atingem diretamente o processo educativo, é possível identificar algumas estratégias que podem viabilizar o percurso, despertando o interesse dos alunos pelos escritos poéticos.

Assim, é preciso que o professor conduza seus educandos ao mundo de aventuras da poesia e do poema, estimulando diariamente de forma criativa a prática leitora, com o objetivo de aproximar os textos do seu público, proporcionando o desenvolvimento da sensibilização, criatividade, e da imaginação dos indivíduos envolvidos no processo.

Desse modo, é perceptível a enorme mudança que a sociedade exige na postura pedagógica, tendo em vista os avanços tecnológicos. Isso significa que ao professor cabe refletir o papel da educação, frente as demandas sociais e os diferentes recursos midiáticos. Além disso, o trabalho com os gêneros em discussão, exige conhecimentos literários os quais constituem subsídios essenciais na formação de leitores. Com esse aparato informativo, o educador poderá conduzir o trabalho pedagógico, influenciando todo corpo discente a gostar dos textos trabalhados, favorecendo o convívio intenso com a poesia e o poema, ultrapassando assim as paredes da sala de aula, sendo externado aos demais âmbitos da sociedade.

Diante disso, concluo que o trabalho com os gêneros em evidência, necessita ser bem organizado, uma vez que, as temáticas abordadas dever estar condizente com o desejo e expectativas dos alunos. A escolha dos textos devem considerar a faixa etária e o conteúdo a ser trabalhado precisa de uma metodologia capaz de envolver a clientela. A esse respeito, Pinheiro diz que “a leitura deste gênero deve envolver e cativar o leitor, através da utilização de recursos sonoros” (2002, p 53). Assim, fica claro que a maneira como o professor apresenta o conteúdo para o aluno, influencia diretamente no percurso da aprendizagem e desenvolvimento de habilidades indispensáveis a formação do leitor.

P3 optou por não responder a questão. Dessa forma passaremos a análise da última pergunta que foi: O que pode ser feito para o trabalho pedagógico com poesias e poemas tenha êxito no processo de alfabetização e letramento? Justifique.

P1, respondeu: “Além dos projetos existentes no PPP da escola, nos projetos feitos durante as ACs (Atividades Complementares), o professor tem que ser mais flexível e inovador, mudando sempre que possível sua metodologia em sala de aula.” Verifica-se que, no Projeto Político Pedagógico, documento elaborado coletivamente, existe propostas que abordam a alfabetização de forma significativa e processual. Nas Atividades Complementares, como disse a pesquisada, são planejadas atividades, em especial projetos os quais, objetivam impulsionar a participação dos alunos nas atividades culturais e festivas da escola, bem como no desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita.

Nesta direção, nota-se que a flexibilidade dos professores também constitui uma das necessidades imprescindível no fazer pedagógico, assim como na construção e efetivação dos projetos, na criatividade e no percurso de desenvolvimento dos mesmos. Um professor flexível, adota um planejamento maleável, o qual possibilita a concretização dos objetivos propostos, e ainda atende os anseios dos alunos e avalia seu progresso. Agindo desse modo, exerce sua função de mediador entre alunos e saberes, facilitando o processo de construção, intervindo nos momentos em que os discentes demonstram dificuldades e ficam inseguros diante do objeto novo. É nesse contexto que o educador com todo dinamismo e criatividade, adota procedimentos metodológicos, que viabilize o processo de ensino, resolvendo os possíveis conflitos cognitivos que impedem a concretização da aprendizagem.

P2, em resposta a questão, ressalta: “deve-se disponibilizar aos educadores recursos tecnológicos e de boa qualidade, para que possamos desenvolver um excelente trabalho e que estes, chame a atenção dos alunos”. Percebe nesta fala, que a exigência atual com destaque na velocidade tecnológica, tem sido a mudança em diferentes meios de produção e serviço. No âmbito educacional não é diferente, pois a velocidade com que as informações chegam até nós, impulsionam os profissionais da educação a fazer uso dos diferentes recursos tecnológicos.

Considerando que a nova geração nasceu e está em contínuo contato com a tecnologia, cabe a escola repensar seu papel frente a invasão midiáticas.

Diante desse cenário, refletir sobre o currículo e as ações pedagógicas torna-se necessário, para que o espaço escolar seja motivador e atraente, capaz de transformar a educação tradicional e de mera transmissão em ensino de qualidade. Dessa forma, disponibilizar aos professores ferramentas da tecnologia computacional, é um dos meios de viabilizar a inserção dos discentes no campo das novas formas de comunicação.

No âmbito do processo de alfabetização, o uso do computador e diferentes softwares e sites educativos tem tornado o percurso mais dinâmico, inovador e divertido, possibilitando as crianças o desenvolvimento de competências que favorecem o domínio e a aquisição da leitura e da escrita, bem como, na interação social.

A resposta de P3 ao último questionamento foi “trabalhar sempre com esses gêneros apresentando diferentes autores.” Identificamos nesta expressão o cuidado que tal profissional obtém em não tornar o estudo dos gêneros repetitivos, e ainda ampliar o número de autores e textos estudados. Percebemos que desde a criação das políticas de acesso a materiais de leitura, a saber , o Programa Nacional do Livro Didático –(PNLD) – o qual objetiva dar suporte ao trabalho pedagógico dos professores, a partir da distribuição de livros didáticos aos discente da educação básica; O Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), que fornece obras e outros recursos materiais às escolas públicas de todas as esferas e modalidades educacionais, ampliando o apoio à pratica pedagógica no ensino básico por fim, o PNAIC disponibiliza uma diversidade de materiais , os quais compõem o acervos das escolas aderidas ao programa.

Tomando como referencia o processo de alfabetização e a formação de leitores, os gêneros textuais disponibilizados pelo PNAIC, abrangem, dentre outros, a literatura infantil, a qual possibilita ao professor e aos alunos o contato direto com textos narrativo, poéticos, acumulativos e outros, favorecendo as diferentes formas de abordar a realidade dos indivíduos.

Partindo da compreensão de que o aluno deve estar em constante contato

com a diversidade de texto, proporcionando ao mesmo sentir-se parte do processo de construção de conhecimentos e inserido na multiplicidade linguística, assim como fazer usos sociais dos diferentes suportes de leitura. Dessa forma, concordamos com a descrição de Cosson, quando explicita o papel da literatura, que é “tornar o mundo compreensível, transformando sua materialidade em palavras de cores, odores, sabores e formas intensamente humanas” (2014, p. 17).

A esse respeito, compreende-se que a diversidade textual, além de estimular o hábito da leitura, permite o aluno construir significados e desenvolve suas estruturas cognitivas de leitor e escritor. Sendo assim, o ato da leitura não se desenvolver apenas como uma ação repetitiva mas vai além,

[...] do que fruir um livro de ficção ou se deliciar com as palavras exatas da poesia. É também posicionar-se diante da obra literária, identificando e questionando protocolos de leitura, afirmando ou retificando valores culturais, elaborando e expandindo sentidos (COSSON, 2012, p. 120).

Com isso, compreendo a importância da leitura e da escrita como subsídios essenciais para a interação social e ampliação da visão de mundo, capaz de analisar criticamente situações e contexto e posicionar –se como cidadãos ativos em busca da equidade e do bem comum.

CAPITULO V- CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar a importância dos gêneros textuais: poesias e poemas no Processo de Alfabetização e Letramento dos alunos do 2º ano do Ensino fundamental, na Escola Marileia Ferreira dos Santos, Serra do Ramalho- Bahia. Dessa forma, buscamos responder a questão central: Qual a influência da prática pedagógica dentro do Processo de Alfabetização dos alunos do 2º ano, do Ensino Fundamental, da Escola Marileia Ferreira dos Santos, em Serra do Ramalho, Bahia – Brasil no Período 2018.

Considerando a prática pedagógica como um dos subsídios necessário no âmbito educacional, esta deve ser constituída com saberes teóricos e estes interligados à ação no espaço da sala de aula. Relacionamos o conceito de trabalho docente com a fala de Libâneo, quando enfatiza que o mesmo é:

parte integrante do processo educativo mais global pelo qual os membros da sociedade são preparados para a participação na vida social. A educação – ou seja, a prática educativa – é um fenômeno social e universal, sendo uma atividade humana necessária à existência e funcionamento de todas as sociedades.” (LIBÂNEO, 1994, P.17).

Entende-se que o professor como mediador dos conhecimentos, deve estar munido de saberes necessários à sua prática, atendendo as constantes mudanças que surgem diariamente. Por isso, é imprescindível manter-se atualizado, constituindo uma formação dinâmica e fundada em princípios específicos ao fazer docente, bem como competências e habilidades fundamentais ao seu trabalho.

Considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica (2015), ao professor buscar conhecimentos e consiga “dominar os conteúdos específicos e pedagógicos e as abordagens teórico metodológicas do seu ensino, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano” (BRASIL, 2015, p. 26).

Nesta direção entendemos que é bastante complexo a relação teoria e prática, principalmente no referente a execução do que foi aprendido na prática de sala aula, pois são diferentes saberes, níveis de conhecimentos e modalidades, que se reúnem em um único espaço, levando o professor, as vezes, assumir postura conteudista, desconsiderando o ensino em sua totalidade.

Para que isso não se torne um contínuo, a atividade do professor, deve ser “[...] um trabalho inteiro, pois o ato de ensinar, mesmo sendo composto por atividades diversas e podendo ser decomposto metodologicamente, só pode ser desenvolvido em sua totalidade.” (PIMENTA, 2009, p.42). Assim, compreendemos a importância da aquisição de diferentes saberes e que esses seja referendados da prática, favorecendo um ensino integral e de qualidade, uma vez que o mesmo, como diz Gatti “detém um saber que alia conhecimento e conteúdos à didática e às condições de aprendizagem para segmentos diferenciados” (GATTI, 2009, p. 91). E ainda, complementando Tardif “sua relação com os saberes não é de busca de coerência, mas de utilização integrada no trabalho, em função de vários objetivos que procuram atingir simultaneamente” (TARDIF, 2000, p. 14).

Compartilhando com tais percepções, verifica-se que no contexto educacional, terreno muitas discussões, atualmente tem se demonstrado enorme preocupação com o processo alfabetização e letramento, uma vez que, as pesquisas tem confirmado um déficit preocupante. Foi pensando em soluções práticas que o governo vem adotando políticas educacionais, visando superar as dificuldades no ciclo de alfabetização, assegurando ao educando a aprendizagem e ao professor alfabetizador a formação necessária ao ensino, por meio de:

[...] ações que contribuam para o debate acerca dos direitos de aprendizagem das crianças do ciclo de alfabetização; para os processos de avaliação e acompanhamento da aprendizagem das crianças; para o planejamento e avaliação das situações didáticas; para o conhecimento e uso dos materiais distribuídos pelo Ministério da Educação, voltados para a melhoria da qualidade do ensino no ciclo de alfabetização. (PACTO, 2012).

Com esse pressuposto, percebemos que o programa além de fornecer suportes materiais, fortaleceu o processo avaliativo e reflexivo da prática docente,

abrindo um leque de possibilidades metodológicas favoráveis ao desenvolvimento da leitura e da escrita. É válido destacar, que a aquisição da leitura e da escrita não ocorre de forma separada, mas requer a correlação das mesmas, além de um trabalho pedagógico organizado e que estimule o aluno a construir saberes e suas estruturas cognitivas.

Neste sentido, ao professor cabe oferecer aos educandos diferentes recursos visuais, escritos, sonoros e criativos que incentivem o processo de reconhecimento dos símbolos, sons e letras. Uma vez que:

Ler deve ser considerado um processo de apreensão de símbolos expressos através de qualquer linguagem, portanto, o ato de ler se refere tanto a algo escrito quanto a outros tipos de expressão do fazer humano, caracteriza-se também como acontecimento histórico e estabelecimento de uma relação igualmente histórica entre o leitor e o que é lido. (MARTINS, 1994, p. 30).

Compreende-se o ato de leitura como um processo de envolvimento do aluno com a interpretação, reconhecimento sobre o assunto abordado, bem como a ideia do autor e seus aspectos linguísticos.

No referente a alfabetização e letramento, discuti diversos conceitos enfatizados por vários autores, refletindo sobre tais processos com ações diferentes, mas indissociáveis, pois o exercício de alfabetizar é a via para o letramento. Nesta direção, alfabetizar é codificar e decodificar as letras, se apropriando das estruturas e conceitos alfabéticos, enquanto o letramento, além das habilidades descritas, o individuo deve fazer uso desses instrumentos nas interações e práticas sociais nos diferentes contextos e situações.

Para tanto, é preciso que o Projeto Político Pedagógico da escola aborde os saberes necessários para os discentes alcancem o nível de letramento exigido pela sociedade atual. Do mesmo modo, o trabalho docente deve estar em consonância com os conhecimentos que os alunos deverão construir, reforçando a ideia de Fernandes quando fala dos objetivos da educação atual que são:

Ensinar a aprender, ensinar a fazer, ensinar a ser, ensinar a conviver em paz, desenvolver a inteligência e ensinar a transformar

informações em conhecimento. Para atingir esses objetivos, o trabalho de alfabetização precisa desenvolver o letramento. O letramento é entendido como produto da participação em práticas sociais que usam a escrita como sistema simbólico e tecnologia (FERNANDES, 2010, p.19).

Na construção desses pilares da educação, os educandos estarão motivados a experimentar a leitura e a escrita nas interações sociais e ampliação de saberes, por meio das produções escritas, contação de histórias, encenações, músicas e outras formas metodológicas mediadas pelo professor, pois “não basta saber escrever, para escrever. É necessário ter uma e motivação para tal atividade” (Cagliari, 2003, p. 102).

É nesse terreno, que os gêneros textuais poesias e poemas, constituem importantes recursos incentivadores da leitura e da escrita, por serem escritos que possuem diferentes subsídios linguísticos, literários e poéticos, capazes conquistar a criança a participar do mundo letrado, de forma lúdica e prazerosa. Pois, o poema configura um texto com elementos estruturais diferentes dos demais gêneros, apresentando manifestações da cultura popular, conexões com o cotidiano e representações diversas em forma de versos, rimas e ritmos, provocando encantamento pela poesia que está inserida no texto e é expressada na linguagem oral.

Neste âmbito as rimas da poesia ou de outros suportes textuais e literários, encantam todos que tem contato com os mesmos, devido a formação com vários ritmos, musicalidade e sensibilidade, os quais facilitam o desenvolvimento do ensino e a aprendizagem da leitura e da escrita, bem como ampliar habilidades linguísticas, consciência fonológica e ortográfica, necessárias a compreensão da palavra, assim como a escrita das mesmas.

No trabalho com poemas e poesias, considerando o desenvolvimento do conjunto de fatores supracitados, o processo de alfabetização se torna mais eficaz, porque as crianças mantêm contato contínuo com a pontuação e seu uso necessário, a organização de frases e sentenças de forma dinâmica, favorecendo uma percepção gramatical menos complexa e mais eficiente. Além disso, os

gêneros em evidência contribuem para a construção de processos cognitivos que possibilitam a múltiplas interpretações dos textos e o desenvolvimento da criticidade.

Dessa forma, o primeiro objetivo proposto na pesquisa, é **compreender a importância dos gêneros textuais: poesias e poemas no Processo de Alfabetização e Letramento, dos educandos, do 2º ano do Ensino Fundamental**. Levando em conta as discussões anteriormente descritas e a fala dos participantes da pesquisa, fica evidente a relevância de tais gêneros na aquisição e desenvolvimento da leitura e da escrita, os quais viabilizam a construção de saberes e a formação de indivíduos letrados.

No segundo objetivo que propõe **refletir a metodologia e a prática pedagógica utilizada no trabalho com os gêneros supracitados**, verifica-se que os professores questionados, expressaram a importância da formação para reconhecimento dos níveis de escrita dos alunos, que relacionado as experiências e atividades dinâmicas, proporcionam ao processo de alfabetização e letramento uma aprendizagem significativa. Uma vez que, os procedimentos metodológicos utilizados pelo professor viabilizam o desenvolvimento dos aspectos cognitivos de maneira lúdica e prazerosa.

Quanto ao último objetivo proposto **identificar os principais desafios/dificuldades dos educadores no trabalho pedagógico com os gêneros textuais mencionados**; os professores pesquisados explicitaram como desafios e dificuldades, despertar o interesse dos discentes para a leitura, fazendo-os perceber significados expressos no texto. Nesta direção notamos que os professores participaram de cursos de formação a saber o PNAIC, que além de estimular a reflexão da prática e a troca de experiências nos encontros, disponibiliza obras literárias, materiais didáticos de apoio pedagógico e instrumentos de avaliação necessários ao acompanhamento do processo.

Diante do que foi exposto, compreende-se que a conquista dos alunos quanto ao gosto pela leitura e os aspectos estruturais do texto, demanda a abordagem dos mesmos, adotando diferentes maneiras e instrumentos, os quais devem passar pelo crivo visual, musical, rítmico e pela sonoridade que pode-se obter trabalhando os gêneros textuais poemas e poesias.

Compreende ainda, que é de imensurável importância ao educador os conhecimentos pedagógicos a respeito do processo de aquisição da leitura e da escrita, assim como as concepções desses instrumentos, visando melhor organização e planejamento do trabalho, baseado sempre na ação- reflexão e na reestruturação das ações. Como ressalta Silva e Magalhães:

Atualmente, faz-se necessário que o educador tenha uma postura alicerçada num processo constante de reflexão que o leve a uma prática em busca de resultados inovadores na educação. Diante disto, o processo de formação docente deve ter alguns pressupostos relevantes no seu percurso, tais como: contribuir de maneira efetiva para a instrumentalização, sensibilização, preparação técnica e política do aluno, capacitando-o a uma postura de reflexão crítica, que implica saber dialogar e escutar, o que supõe o respeito pelo saber do educando e reconhece a identidade cultural do outro. Diante da entrada dos novos meios de tecnologia no cotidiano, a educação não poderia caminhar longe deste contexto, pois, aproveitando-se destes mecanismos, ela potencialmente poderia abranger cada vez mais pessoas, em diferentes locais e com perspectivas variadas daquilo que receberiam, influenciando a facilidade e o prazer do indivíduo em aprender. (SILVA E MAGALHÃES, 2011, p. 13)

Dessa forma, ao professor cabe introduzir no seu trabalho e nas práticas pedagógicas procedimentos dinâmicos e mais criativos, que contribuam positivamente no desenvolvimento do ensino e aprendizagem, afirmando assim, seu papel como mediador e facilitador do processo de alfabetização com foco no letramento, condição imposta pela sociedade atual, nas expressões comunicativas e práticas sociais ativas.

5.1 Recomendações

❖ Às autoridades educacionais (Municipais e Institucionais):

- Proporcionem estudos contínuos para/com os professores, visando à atualização dos conhecimentos e favorecendo o processo de construção

de projetos, sequencias e planos diários com foco na Alfabetização e Letramento multidisciplinar, dinâmico, criativo e prazeroso para os alunos.

- Ampliem os meios didáticos pedagógicos, literários e tecnológicos, permitindo que o processo ensino aprendizagem dos educandos de Serra do Ramalho – Bahia seja efetivado mantendo a qualidade demandada.

❖ **Aos Professores alfabetizadores**

- Participem ativamente dos cursos de formação, criando possibilidades de aprendizagem fundamentadas teoricamente e desenvolvidas no fazer docente, proporcionando aos alunos um ensino efetivo e aprendizagem significativa.
- Reflitam diariamente a prática pedagógica, reestruturando – a necessariamente, permitindo atender os anseios de aprendizagem e o desenvolvimento desse processo dentro da comunidade escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Vera Teixeira de; BORDINI, Maria da Glória. Literatura: a formação do leitor: alternativas metodológicas. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.

AGUIAR, Vera Teixeira. Era uma vez... na escola: formando educadores para formar leitores. Belo Horizonte: Formato, 2001.

ALMEIDA, F. J. & FONSECA JÚNIOR, F.M. Projetos e ambientes inovadores. Brasília: Secretaria de Educação a Distância – SEED/ Proinfo – Ministério da Educação, 2000.

ALMEIDA, M.E.B. de. Como se trabalha com projetos (Entrevista). Revista TV ESCOLA. Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, SEED, nº 22, março/abril, 2002.

_____. Educação, projetos, tecnologia e conhecimento. São Paulo: PROEM, 2002.

ARANDA, M.A.M. A política educacional com enfoque na alfabetização da criança. In: SCAFF, E. A. S.; LIMA, P. G.; ARANDA, M. A. de M. (Orgs.). Política e Gestão da Educação Básica: desafios à alfabetização. 1ª. Ed.- São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2013. p.157-167.

_____. O Pacto brasileiro de alfabetização nos municípios de Dourados-MS e Uberlândia-MG: política educacional e gestão escolar. Laplage em Revista (Sorocaba), ISSN 2446-6220, vol.3, n.3, set.-dez. 2017, p.164-177. Assoeste, 1982.

AZEVEDO, Fernando de. A Cultura Brasileira. 6ª edição. Brasília: UNB, 1996.

BARBOSA, J. K. Mudanças na prática docente de alfabetizadores no contexto do PNAIC. Tese (Doutorado em Educação: Currículo) - Programa de Estudos Pós Graduados em Educação: Currículo, PUC/SP. São Paulo, 2017.

BARBOSA, M. C. S.; HORN, M. G. S. Projetos Pedagógicos na Educação Infantil. Porto alegre: Grupo A, 2008.

_____. Projetos Pedagógicos na educação infantil. Porto Alegre, RS: Artmed, 2008.

BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.

BASTOS, Glória. Literatura infantil e juvenil. Lisboa: Universidade Aberta, 1999.
BOCHECO, Eloí. Poesia infantil: o abraço mágico. Chapecó: Argos, 2002.

BEHRENS, M. A. Metodologia de projetos: Aprender e Ensinar para a Produção do Conhecimento numa Visão Complexa In: TORRES, P. L. Metodologias para a produção do conhecimento: da concepção à prática. Curitiba: SENAR-PR, 2015. Disponível em: Acesso em: 14 out. 2017.

BEHRENS, M. A.; ZEM, R. A. M. S. Metodologia de Projetos: O Processo de Aprender a Aprender. In: TORRES, P. L. Algumas Vias para Entretecer o Pensar e o Agir. Curitiba: SENAR-PR, 2007. B

BERCOSTTA, Marcus Levi Albino. Grupos escolares no Brasil: um novo modelo de escola primária. In: Histórias e memórias da educação no Brasil, vol. III – Século XX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005, p.68 - 77.

BOLZAN, D. P. V . Leitura e Escrita: ensaios sobre alfabetização. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2007.

_____. Aprendizagem docente e processos formativos: movimentos construtivos da professoralidade na Educação básica e Superior. Relatório final do projeto de pesquisa interinstitucional e integrado, registro no GAP n. 025821. CNPq/PPGE/CE/UFSM, 2011-2013.

_____. Verbetes: conhecimento compartilhado e conhecimento pedagógico compartilhado. In: MOROSINI, M. (Ed.). Enciclopédia de pedagogia universitária. Glossário. Brasília: INEP, 2006. p.

_____.; ISAIA, S. M. A.; MACIEL, A. M. R. Formação de professores: a construção da docência e da atividade pedagógica na Educação Superior. Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 13, n. 38, p. 49-68, jan./abr. 2013

BRASIL, Ministério de Educação e Desporto. Parâmetros curriculares nacional:língua portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____, Ministério de Educação e Desporto. Referencial curriculares nacional para educação infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016. Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica. Brasília, DF, 2016. Disponível em: . Acesso em: 18 set. 2018.

_____. Ministério da Educação do. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa [online]. Brasília, DF, s/d a. Disponível em: < <http://pacto.mec.gov.br/o-pacto>>. Acesso em: 13 set. 2018.

_____. Ministério da Educação do. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - Livroto. Brasília, DF, s/d b, 23p. Disponível em: . Acesso em: 03 set. 2015.

_____. Ministério da Educação. Toda Criança aprendendo. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, v. 84, nº. 206/207/208 jan./dez. 2003.

_____. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Caderno de Apresentação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: O Brasil do futuro com o começo que ele merece. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Brasília: MEC, SEB,2012c.

_____. Secretaria de Educação do Ensino Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental 3.ed. Brasília: A Secretaria, 2007.

_____. Ministério de Educação. Secretaria de Educação Básica. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: Documento Orientador - 2015. Brasília, DF, 2015 a. Disponível em: . Acesso em: 12 nov. 2017.

BROTTO, I. J. O. *Alfabetização: um tema, muitos sentidos*. Tese de doutorado.

CAGLIARI, L. C. *Alfabetização e linguística*. 11.ed.São Paulo: Spcione, 2009.

CAGLIARI, Luiz Carlos. *Alfabetização e Linguística*. 10. ed. São Paulo: Scipione, 2003.

CAPPARELLI, Sérgio. *111 poemas para crianças*. Porto Alegre: L&PM, 2003.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *A escola e a República e outros ensaios*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

CASTANHEIRA, M. L.; MACIEL, F. I. P.; MARTINS, R. M. F. (Org.). *Alfabetização e letramento na sala de aula*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica: Ceale, 2009. (Coleção Alfabetização e Letramento na Sala de Aula).

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. *Metodologia científica*. 5ª edição. São Paulo: Prentice Hall, 2002. CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Diefel; Rio de Janeiro: Bertrand, 1990. FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1975. GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4ª edição – São Paulo: Atlas, 2002.

COELHO, Nelly Novaes. *Literatura infantil: teoria, análise, didática*. São Paulo: Moderna,2000.

- COSSON, R. Letramento literário: teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2014.
_____. Letramento literário: teoria e prática. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- CUNHA, Léo. Poesia e humor para crianças. 1991. Disponível em:
<www.tigrealbino.com.br> Acesso em 13 de Marc. 2018.
- DEGRAZIA, José Eduardo. O samba da girafa. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.
- DEMO, P. Metodologia do conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2000.
- DIAS, D. de S. Como escrever uma monografia / Donaldo de Souza Dias e Mônica Ferreira da Silva. – Rio de Janeiro: UFRJ/COPPEAD, 2009. Disponível em
<<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v22n2/a10v22n2.pdf>>. Acesso em 20 Dez. 2017.
- DOMINGUES, Cristiane Lumertz Klein; EBERT, SÍntia Lúcia Faé. Leitura e formação de leitor: a poesia para uma educação da sensibilidade. Ciências & Letras, Porto Alegre, n. 55, p. 52-66, jan./jun. 2014.
- FERNANDES, Maria. Os segredos da alfabetização. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- FERREIRA PRS, Aragão WH. 2010. Projetos de Pesquisas e Metodologias do Trabalho Científico. In: Educação Ambiental para o Semiárido. João Pessoa: Editora Universitária UFPB.
- FERREIRO, E. A representação da linguagem e o processo de alfabetização. *Caderno de Pesquisa*, São Paulo, n. 52, p. 07-17, fev./85
- FERREIRO, E. Reflexões sobre alfabetização. São Paulo: Cortez, 1994.
- _____. Alfabetização em processo. São Paulo. Cortez, 2011.
- _____ e TEBEROSKY, ana psicogêse da Língua Escrita. Porto Alegre. E Arti, 2008.
- FILIPOUSKI, A. M. R. & MARCHI, D. M. A formação do Leitor jovem: temas e gêneros da literatura. Erechim, RS: Edelbra, 2009.
- FREIRE, P. A Importância do ato e ler: em três artigos que se complementam. – 50. ed. São Paulo, Cortez, 2009.
- FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler, em três artigos que se completam – 47.ed – São: Cortez, 2006.
- _____. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática Educativa. São Paulo:Paz E Terra, 2011.

GATTI, B. A. Formação de professores: condições e problemas atuais. Revista Brasileira de Formação de Professores, Cristalina, v. 1, n. 1, p. 90-102, maio 2009.

GERALDI, J. W. (org.). *O texto na sala de aula: leitura e produção*. Cascavel:

GIL . Projetos de pesquisa. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. Como elaborar um projeto de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. Projetos de pesquisa. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

GONZAGA, Selma Mendes. A importância da mediação na aprendizagem. Em 28/06/2011. Disponível em: <http://www.ftd.com.br/noticias/a-importancia-da-mediacao-na-aprendizagem/> .Acesso em 22/08/2017.

GÜNTHER, Hartmut. Pesquisa Qualitativa versus Pesquisa Quantitativa: Esta é a questão?.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. História da educação brasileira: leituras. São Paulo: Pioneira Thomson Leardng, 2005.

INSTITUTO HOUAISS DE LEXICOGRAFIA. Dicionário Houaiss da Língua

JULIA, Dominique. "A cultura escolar como objeto histórico". In: Revista Brasileira de História da Educação. Campinas: Autores Associados, 2001, jan./jun, n.1, p. 10-11.

KLEIMAN, A . Preciso ensinar o letramento? Não basta ensinar a ler e escrever? Campinas, SP: Cefiel, 2005.

_____. Modelos de Letramento e as Práticas de Alfabetização na Escola. In:(org) Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1995.

KLEIN, L. R. *Alfabetização: quem tem medo de ensinar*. São Paulo: Cortez, 2002.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. de A. Fundamentos de Metodologia Científica - 7 ed. - São Paulo: Atlas, 2010

_____. Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragem e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados - 7ª ed. - 4. _ São Paulo: Atlas, 2011

LIBÂNEO, José Carlos. Adeus professor, adeus professora! 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e formação docente. São Paulo: Cortez, 2003.

LINARDI, Fred. O X da questão. *Leitura*, n. 18, p. 7-9, 2008.9357

LTENFELDER, Anna Helena e ARMELIN, Maria Alice. Poetas da escola: caderno do professor: orientação para produção de textos. São Paulo: Cenpec, 2010.

MALHOTRA, Naresh. Pesquisa de Marketing. São Paulo: Bookman, 2011.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa. 3. Ed. São Paulo:Atlas, 1999.

MARCUSCHI. L. A. Da fala para a escrita: atividades de retextualização. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MARTINS, Maria Helena. O que é leitura. 19. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

MATÊNCIO, M. L. M. Estudos do letramento e formação de professores: retomadas, deslocamentos e impactos. *Caleidoscópio*. V.7, n.1, p. 5-10, jan/abr 2009.

MELO, Veríssimo de. Folclore infantil. Belo Horizonte: Itatiaia, 1985.

MENDONÇA. M. Gêneros: por onde anda o letramento? / organizado por Carmi Ferraz Santos e Márcia Mendonça. 1ed.,1reimp. –Belo Horizonte: Autêntica, 2007.152 p. ISBN 8 5 - 7526 - 161 - 41. Acesso em: 18 abr. 2017.

MINAYO, M. C. de S.; SANCHES, O. Quantitativo - qualitativo: oposição ou complementaridade? Disponível em [http:// www. Scielosp .org/ scielo.php?pid](http://www.Scielo.org/scielo.php?pid). Acesso em 22/09/2017

_____. O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 10 ed., São Paulo, Hucitec, 2007.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. Análise textual discursiva. Ijuí: Unijuí,2007.

MORAN, José Manuel. Educação Inovadora. Disponível em: . Acesso em 18 out. 2017.

MOREIRA, Orlando Rochadel. Políticas públicas e direito à educação. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2007.

NASPOLINI, Ana Tereza. Tijolo por tijolo: prática de ensino da língua portuguesa. São Paulo: FTD, 2010.

NOVAIS, Carlos Augusto. Elementos de composição poética: noções básicas. In:

CUNHA, Leo. (Org.). Poesia para crianças: conceitos, tendências e práticas. Curitiba: Positivo, 2013. p. 13-33.

NÓVOA, Antônio. O espaço público da educação: imagens, narrativas e dilemas. In: Espaços de educação, tempos de formação. Lisboa: Fundação Calouste Gilbenkian, 2007: 237 – 263.

PAULINO, G. Leitura literária. In: FRADE, I.; VAL, M. G. C.; BREGUNCI, M. G. C. (orgs.). Glossário Ceale: termos de alfabetização, leitura e escrita para educadores. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

PETIT, M. A arte de ler ou como resistir à adversidade. São Paulo: Editora 34, 2009.

_____. Leituras: do espaço íntimo ao espaço público. São Paulo: Editora 34, 2013

PIMENTA, Selma Garrido. Saberes pedagógicos e atividades docentes. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009. 246p.

PINHEIRO, Hélder. Poesia na sala de aula. 2.ed., João Pessoa: Idéia, 2002.

PONDÉ, Glória. Poesia para crianças: a mágica da eterna infância. Disponível em: <www.tigrealbino.com.br> Acesso em 14 de Marc. 2015. Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

PRODANOV, Cleber Cristiano. Freitas ,Ernani Cesar de .Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico] : métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico . 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAMOS, Ana Margarida. Dos sons aos sentidos – o texto poético para a infância e a juventude. In: Livros de Palma e Meio: reflexões sobre literatura para a infância. Lisboa: Editorial Caminho, 2007. p.79-33.

RANGEL, E. de O. Letramento Literário e livro didático de língua portuguesa: “Os amores difíceis”. In: PAIVA. A. et al (org.). Literatura e letramento: espaços, suportes e interfaces – O jogo do livro. Belo Horizonte, MG: Autêntica/CEALE/FaE/UFMG, 2005. p. 129.

RIBEIRO, João Manuel de Oliveira. A poesia no primeiro ciclo do ensino básico: das orientações curriculares às decisões docentes. 173 f. Dissertação (Mestrado em Supervisão Pedagógica e Formação de Formadores) – Faculdade de Psicologia e

de Ciências da Educação, Universidade de Coimbra, 2009. O valor pedagógico da poesia. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, Coimbra, n. 2, ano 41, p. 51-81, 2007.

ROJO, R. H. R. *Língua Portuguesa: Ensino Fundamental*. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, Secretaria da Educação Básica, 2010. p. 25-26 (Coleção Explorando o Ensino); v. 19.) SCHOTTEN, N. *Processos de alfabetização*. 2ª ed. Indaial: Uniasselvi, 2011.

SOARES, M. *Letramento: como definir, como avaliar, como medir*. In: SOARES, M. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

ROJO, Roxane H.R. *Pedagogia dos multiletramentos: diversidade cultural e de linguagens na escola*. In: ROJO, Roxane Helena Rodrigues; MOURA, Eduardo (orgs). *Multiletramentos na escola*. São Paulo: Parábola Editorial 2012.

_____. Entrevista, gravada em maio de 2013, no Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec), em São Paulo.

SAMPAIO, Marisa; LEITE, Ligia Silva. *Alfabetização tecnológica do professor*. Petrópolis: Vozes, 2003.

SAMPIERI, Roberto Hernandez; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María del Pilar Baptista. *Metodologia de Pesquisa*, 5ª ed. Porto Alegre: Penso, 2013, cap. 14.

SANTOS, Maria Adélia Cruz. *Fracasso Escolar: mecanismos de produção e superação*. Guarapari-ES: Ex Libris, 2007.

SCHON, Donald. *Formar professores como profissionais reflexivos*. In: Nóvoa, Antonio (coord.) *Os professores e a sua formação*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992, p. 78.

SEAL, Ana Gabriela de Souza. *O tratamento da heterogeneidade de conhecimentos dos aprendizes no segundo ano do ciclo de alfabetização*. In: BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. *Pacto nacional pela alfabetização na idade certa: caderno a heterogeneidade em sala de aula e os direitos de aprendizagem no ciclo de alfabetização: ano 2, unidade 7*. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Brasília: MEC, SEB, p. 16-26, 2012. Disponível em: Acesso em: 23 agos. 2017.

SILVA, Jucilene dos Santos e MAGALHÃES, Antonio Carlos de Bastos. *O papel do professor como facilitador de aprendizagem*. *Revista Maiêutica - Curso de Ciências Biológicas*, Santa Catarina, v. 1, n. 1, p. 13-17, jul./dez. 2011, Disponível em: <https://publicacao.uniasselvi.com.br/index.php/BID_EaD/article/view/368/83>. Acesso em: 15 nov 2017.

SILVA, Theodoro da (Org.). Alfabetização no Brasil: questões e provocações da atualidade. Campinas, SP: Autores Associados, 2007. (Coleção Educação Contemporânea).

SILVESTRIN, Ricardo. Pequenas observações sobre a vida em outros planetas. Porto Alegre: Projeto, 1998.

SMOLKA, Ana Luiza B. A criança na fase inicial da escrita: a alfabetização como processo discursivo. São Paulo: Cortez, 1988.

_____. A criança na fase inicial da escrita: a alfabetização como um processo discursivo. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

SOARES, M. B. As muitas facetas da alfabetização. *Caderno de Pesquisa*, São Paulo, n. 52, p. 19-24, fev./85.

_____. Letramento e Alfabetização: as muitas facetas. *Revista Brasileira de Educação*. Campinas: Autores Associados, n. 25, p. 5-17, jan/fev/mar/abr/2004.

_____. Letramento: Um Tema de Três Gêneros – 2 ed, Belo Horizonte: Autêntica, 2001. 128p.

_____. Letramento: um tema em três gêneros. 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. - Alfabetização e letramento, na Educação Infantil. 2009. Disponível em: <<http://www.revistapatio.com.br>>. Acesso em :16 de mar,2017.

SOLÉ, Isabel. Estratégias de leitura. Porto Alegre: Artmed, 2008.

SOUZA, Renata Junqueira de. A poesia no contexto escolar – sons e rimas formando leitores. In: AZEVEDO, Fernando (Coord.). Língua materna e literatura infantil: elementos nucleares para professores do ensino básico. Lisboa: Lidel, 2006. p. 47-54.

SOUZA, Renata Junqueira de. Poesia infantil: concepções e modos de ensino. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. (Coleção PROPG Digital - UNESP). ISBN 9788579833496. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/109230>>.

SOUZA, Rosa Fátima de. Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998

STEFANI, Rosaly. Leitura: que espaço é esse?. São Paulo: Paulus, 1997. 31 p.

TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2002.

TARDIF, M.; LESSARD, C. O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Petrópolis: Vozes, 2005

TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. 10ª ed. Petrópolis:Vozes , 2010.

TEMPEL, Mônica. Bom Senso? Alfabetizar? < Disponível em: http://www.floripaturbo.com.br/jornais/bom_senso_alfabetizar.html>. Acesso em: 14 jul. 2017.

TFOUNI, L. V. Letramento e alfabetização. São Paulo: Cortez, 2000 [1995]. Universidade Federal do Paraná - Setor de Educação. Curitiba - PR, 2008. 238 fls.

VALSECHI, M. C. Alfabetização e Letramento: Entrevista com Angela Del Carmen Bustos Romero De Kleiman. In: Educação & Docência, Ano 1, Número – jan/jun de 2010. P. 3 - 5.

VISSOKY, Paulina. Pirulito nas estrelas. Porto Alegre: Imprensa livre, 2003

ANEXO 1

FICS - FACULTAD INTERAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

ERIVAN DA CRUZ GONÇALVES

ENTREVISTA:

Professores do 2º Ano - Ciclo de Alfabetização

1. Qual a importância dos gêneros textuais: poesias e poemas no processo de alfabetização e letramento?

2. Além de colaborar no processo de alfabetização e letramento, de que forma tais gêneros podem garantir transformação sócio cultural e cognitiva dos discentes?

3. Há algum programa que incentiva e fortalece o uso desses gêneros e de outros, no processo? Justifique.

4. Qual a metodologia utilizada normalmente para trabalhar poesias e poemas na alfabetização e letramento?

5. De que maneira podemos inovar a prática pedagógica e modificar a metodologia trabalhando os gêneros poemas e poesias de que forma?

6. Tem alguma metodologia específica para melhor abordagem desses gêneros?

7. Quais os principais desafios docentes, ao se trabalhar com poemas e poesias nesse processo?

8. Quais as maiores dificuldades encontradas pelos professores alfabetizadores, que utilizam os gêneros já abordados como um dos meios alfabetização e letramento?

9. O que pode ser feito para que o trabalho pedagógico com poesias e poemas tenha êxito no processo de alfabetização e letramento? Justifique.

ANEXO 2

Fotos da Escola Pesquisada



Frente da escola



Pátio da escola



Banheiros